



# ENCE 2018

## RELATÓRIO

### PRODUTO 3

Edital 09/2018

**PROJETO UNESCO 914 BRZ 3002**

Consultora: Karina Soares Canêdo

Contrato SA – 1343/2018

Brasília, agosto de 2018

# PROJETO UNESCO

## 914 BRZ 3002

**Finalidade da contratação:** Sistematizar os dados do Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais (ENCE) 2017 para propor:

(i) formas de a SENARC incorporar as demandas e buscar soluções efetivas; (ii) metodologia para a elaboração de um evento intersetorial e interfederativo, com base na abordagem do Design Thinking; e (iii) implementação e fortalecimento de um Rede de Gestão Colaborativa.

**Descrição do Produto 3:** Relatório do evento intersetorial e interfederativo, a partir do acompanhamento da aplicação da metodologia proposta no Produto 2.

# ENCE 2018

## REALIZAÇÃO

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC

Secretário Nacional de Renda de Cidadania  
Tiago Falcão

Secretário Nacional de Renda de Cidadania Adjunto  
Walter Emura

Chefe de Gabinete  
Sheila Benjuino de Carvalho

Diretor de Operação  
Celso Lourenço

Diretora de Benefícios  
Caroline Paranyba

Diretor de Condicionalidades  
Eduardo Pereira

Diretora do Cadastro Único  
Maria Alice Araújo

Coordenador-Geral de Apoio à Gestão  
Descentralizada: Márcio F. Maurício;  
Coordenador substituto: Gláucio  
Cardoso;

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>Atividades Realizadas</b>	<b>3</b>
<b>Introdução</b>	<b>4</b>
<b>Abordagem</b>	<b>5</b>
<b>DIA 1</b>	<b>6</b>
<b>DIA 2</b>	<b>29</b>
<b>DIA 3</b>	<b>52</b>
<b>Conclusão</b>	<b>57</b>

## APRESENTAÇÃO

O Encontro Nacional dos Coordenadores Estaduais - ENCE e a Mesa Técnica são promovidos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) anualmente, como uma das formas de alinhar a gestão descentralizada do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (PBF).

O presente relatório trata da Mesa Técnica Ampliada 2018, que aconteceu entre os dias 11, 12 e 13 de junho em Brasília.

O relatório está estruturado de forma a permitir que sejam visualizadas a agenda e atividades do evento, bem como os principais resultados alcançados de forma cronológica.

Na Introdução apresentamos informações gerais sobre o evento e incorporamos o conteúdo do relatório. Depois, apresentamos a abordagem que foi utilizada para a elaboração da estrutura do evento. Em seguida, apresentamos as informações dia a dia, incluindo objetivos, atividades realizadas e principais insumos discutidos.

Essas informações estão apresentadas nas páginas seguintes. Desejamos uma boa leitura!

## ATIVIDADES REALIZADAS

Para a realização do trabalho foram realizadas as seguintes atividades:

- Acompanhamento do evento;
- Coordenação dos facilitadores durante o evento;
- Transcrição dos registros fotográficos dos painéis preenchidos pelos participantes ao longo do evento;
- Sistematização das informações obtidas no evento;
- Elaboração de relatório técnico contendo o conteúdo debatido e metodologia aplicada no encontro, aplicando pontos positivos e negativos que podem ser melhorados;
- Participação de reunião para aprovação do terceiro produto;
- Elaboração de apresentação referente ao terceiro produto.

# INTRODUÇÃO

Mesmo diante de diversos obstáculos, é inquestionável o avanço do Brasil no combate à pobreza e à desigualdade social por meio do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Contudo, é preciso avançar para fortalecer a política de atenção básica na direção de criar formas de atuação integrada, intersetorial e intergovernamental para que as famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família tenham mais condições para melhorar de vida.

Com a intenção de construir proposta de Rede Colaborativa de Apoio à Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), por meio da sua Coordenação-geral de Apoio à Gestão Descentralizada, do Departamento de Operação, apostou mais uma vez na inovação como ferramenta indispensável para o desenvolvimento de suas ações. Nos dias 11, 12 e 13 de junho promoveu a Mesa Técnica Ampliada (MTA 2018), em Brasília/DF que contou com a participação de 210 pessoas, um público composto por Integrantes da Coordenação Intersetorial do Programa Bolsa Família – PBF (Coordenadores Estaduais do PBF e Cadastro Único, Gestores de Metrôpoles, Gestores municipais de municípios notáveis, Representantes do SUAS na Coordenação Intersetorial Estadual – CIE, Responsáveis pela Proteção Social Básica, Representantes da Educação na CIE, Coordenadores do PBF na Educação,

Representantes da Saúde na CIE, Coordenadores do PBF na Saúde. Ademais ressalta-se que participaram 50 profissionais do MDS trabalhando no evento, totalizando 258 participantes.

O foco do evento foi o trabalho interfederativo e intersetorial do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Os participantes do evento puderam discutir sobre governança e rede, dinâmica das políticas sociais e a importância dos arranjos intersetoriais, visando ao consenso quanto à abordagem mais multidimensional do problema e, assim, garantir direitos sociais por meio dos esforços da integração entre saúde, educação e assistência social.

Entre os objetivos específicos do evento estavam:

- Conhecer a abordagem de redes e as redes já estruturadas em políticas específicas;
- Debater sobre as possibilidades de integração de redes, a partir da identificação das necessidades dos beneficiários, atores, ações;
- Fomentar trocas de experiências entre os agentes de gestão municipais, estaduais e federais das 3 áreas que estruturam o Programa (Saúde, Educação e Assistência Social);
- Registrar contribuições dos Coordenadores Estaduais do ciclo de gestão 2015-2018;
- Desenhar propostas de Rede Colaborativa, considerando estrutura, atores envolvidos, tecnologias, relacionamento entre os setores nos três níveis de governo.

# ABORDAGEM

Para a elaboração da estrutura do evento, foi utilizada a abordagem do Design Thinking. A abordagem está ancorada nos princípios da empatia, colaboração e experimentação para encontrar soluções que são desejáveis para as pessoas, tecnicamente viáveis e que trazem valor para a organização.



## EMPATIA

Atuar de forma empática, ouvindo atores envolvidos e cidadãos.



## COLABORAÇÃO

Atuar de forma colaborativa, envolvendo todas as partes interessadas.



## EXPERIMENTAÇÃO

Experimentar para ter aprendizados, permitindo errar cedo.

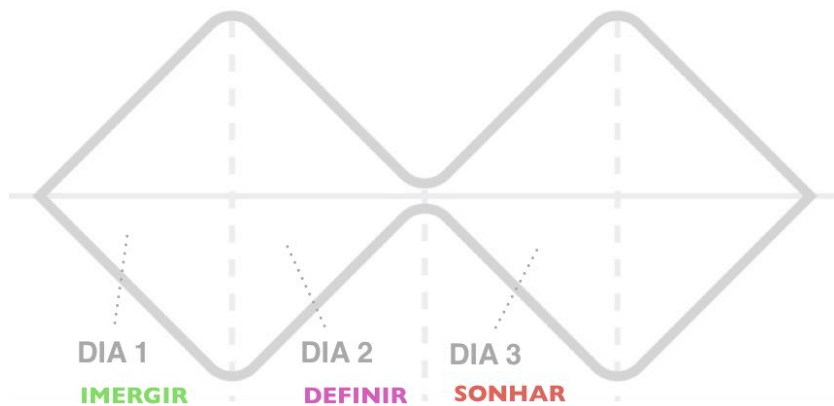
O Design Thinking introduz uma abordagem mais humana para a resolução de problemas, promovendo uma melhor compreensão do desafio que se tem em mãos antes de tentar achar soluções, algo bem diferente da abordagem tradicional linear.

A proposta é que, de forma convergente e divergente, em um primeiro momento seja explorado e definido quais os reais problemas que precisam ser resolvidos. Em seguida, sejam geradas ideias e possíveis soluções e sejam elaborados protótipos e testes, buscando feedback das pessoas. E, só a partir destes aprendizados, é que se constrói um plano para ser executado.

A abordagem do Design Thinking permite combinar empatia em um contexto de um problema, de forma a colocar as pessoas no centro do desenvolvimento de um projeto; criatividade e colaboração para geração de soluções e racionalidade para analisar e adaptar as soluções para o contexto com experimentação. Neste sentido, é possível explorar diversos ângulos e perspectivas para solução de problemas, priorizando o trabalho colaborativo em equipes multidisciplinares em busca de soluções inovadoras.

Seguindo a abordagem do Design Thinking, a Mesa Técnica Ampliada 2018 foi organizada em três etapas: IMERGIR, DEFINIR, SONHAR.

## DUPLO DIAMANTE- DESIGN THINKING



### **DIA 1 IMERGIR**

No primeiro dia de evento, o objetivo foi permitir aos participantes imergir no contexto do Cadastro Único e do PBF, a partir do ponto de vista das famílias beneficiárias e dos atores envolvidos para diagnosticar **o que está acontecendo no momento atual.**

O período da manhã contou com painéis cujos palestrantes contextualizaram o Cadastro Único e o PBF, e o período da tarde contou com oficina que contemplou uma série de atividades para atingir os objetivos do dia.

### **DIA 2- DEFINIR**

O segundo dia teve como objetivo provocar os participantes a discutir sobre as características de funcionamento de uma Rede para identificar o que o Cadastro Único e o PBF possuem atualmente e definir o que precisam ter.

O período da manhã contou com painéis que buscaram oferecer informações para os participantes sobre as características de funcionamento de uma Rede e sobre o funcionamento do Cadastro Único e o PBF hoje. O período da tarde contou com oficina que contemplou uma série de atividades para atingir os objetivos do dia.

### **DIA 3 - SONHAR**

O período da manhã do terceiro dia de evento permitiu a criação de um espaço para os participantes discutirem sobre as suas iniciativas em cada setor específico. Já no período da tarde, foram definidas atividades para os participantes imaginarem como seria a Rede Colaborativa de apoio à Gestão do Cadastro Único e do PBF, funcionando no seu melhor e identificarem o que precisará ser feito.

Essas etapas permitiram aos participantes compreender a Rede Colaborativa de apoio à Gestão do Cadastro Único e do PBF funcionando a partir da perspectiva de quem é impactado por ela para, assim, melhor identificar as barreiras e gerar alternativas para transpô-las.

Os participantes se colocaram no lugar das famílias beneficiárias, mapearam sua jornada frente ao Cadastro Único e ao Programa

Bolsa Família, identificando os atores envolvidos e suas ações, discutiram sobre as características de uma Rede, geraram ideias sobre como ela pode funcionar atuando no seu melhor e definiram possibilidade de caminho.

Propuseram que um novo olhar seja adotado ao se endereçar problemas complexos tanto do PBF como do Cadastro, um ponto de vista mais empático que permite colocar as **famílias no centro do desenvolvimento de um projeto e gerar resultados que são mais desejáveis para elas**, e, que, ao mesmo tempo, sejam financeiramente interessantes e tecnicamente possíveis de serem transformados em realidade.

### ESTRUTURA DAS OFICINAS

No sentido de organizar a participação de todos os integrantes no evento, as oficinas aconteceram em 4 salas diferentes, as quais foram identificadas por cores:

- sala amarela
- sala azul
- sala verde
- sala vermelha

Em cada sala havia um facilitador responsável por conduzir a oficina e 3 monitores para apoiar os trabalhos dos grupos, preparados

previamente ao evento. Abaixo, segue a lista da equipe de facilitadores e monitores:

Facilitadores	Moderadores
Bruno Melo DECON	Macilaudia CGAGD
	José Roberto DECAU
	Maria Carolina Gabinete SENARC
Adriana DECON	Jânio SAGI
	Ana Carolina CGAGD
	Mariana SAGI
Ricardo CGAF	Camila SNAS
	Keli DECAU
	Penha MS
Mariana SNAS	Rimena MS
	Daniel DEBEN
	Luciano DECAU

Havia também uma equipe de coordenação, a qual criou, planejou e coordenou o evento. E, durante o encontro, ficou orientando e acompanhando a atuação dos facilitadores e monitores em sala para que as atividades acontecessem com sucesso, bem como cuidando de toda logística do evento. Entre eles estavam:

Rafael Almeida de Oliveira -CGAGD; Douglas Casali Bertholdo, Francisca Maria de Oliveira – CGAGD, Glauco Coimbra Cardoso –CGAGD e Marcio Fernandes Mauricio -CGAGD. A ainda a equipe volante de apoio: Kaely CGAGD, Delmar CGAGD, Fernanda





**DIA 1**

**IMERGIR NO CONTEXTO**



**Mesa Técnica Ampliada 2018**  
Oficinas de Trabalho Interfederativo e Intersetorial  
Cadastro Único e Programa Bolsa Família  
11 A 13 DE JUNHO DE 2018 - BRASÍLIA - DF



**PAINEL  
MANHÃ**

O Painel de Abertura, que aconteceu no período da manhã, teve como objetivo oferecer informações para os participantes imergirem no contexto do Cadastro Único e do PDF. Ele foi composto por cinco exposições, incluindo a fala de abertura:

## ABERTURA

O evento teve início com a fala do **Secretário Nacional de Renda de Cidadania, Tiago Falcão**, abrindo o evento. Ele colocou que o evento é de extrema importância, uma vez que o debate sobre a integração das áreas de saúde, educação e assistência social é fundamental para que as pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família tenham mais condições para melhorar de vida. Disse que esse debate também possibilita enxergar o Programa de forma global, bem como a sua eficiência. Discorreu sobre a necessidade de não deixar dificuldades enfrentadas no dia a dia de lado, uma vez que podem comprometer a existência do Programa. E enfatizou que é preciso enfrentar debates existentes sobre o PBF. Principalmente: risco de isolamento, criminalização do beneficiário e do gestor público, onda de novas condicionalidades, perda do valor do benefício e focalização excessiva. E, por isso, se faz necessário avançar no sentido de fortalecer a política de atenção básica, consolidar cada vez mais o PBF e, assim, mostrar à sociedade brasileira os respectivos avanços.

## PAINEL 1

O primeiro painel foi conduzido por **João Salame Neto - Diretor do Departamento de Atenção Básica – DAB/SAS**. Ele colocou que atualmente o PBF alcançou na esfera da Saúde cerca de 80% do público alvo em 2017, mas enfatizou que há muita coisa para se avançar, uma vez que restam alcançar os 20% de famílias ainda não contempladas.

Disse que dentro do seu Departamento há uma busca pelo fortalecimento da Política de Atenção Básica, incluindo o PBF e outros programas correlatos, pois acreditam que, uma vez que fortalecendo a política, com certeza serão fortalecidos os instrumentos para chegar nessas famílias.

Destacou que muitos setores da sociedade ainda questionam a política de transferência de renda, por isso enfatizou a necessidade de incluir a área de comunicação do governo nas reuniões sobre o PBF com objetivo de minimizar o preconceito com relação ao Programa, mostrando seus avanços nos últimos anos. Enfatizou que não acredita que soluções que negam completamente as políticas sociais sejam consolidadas nas eleições e defendeu que o PBF deve se consolidar cada vez mais não como um programa de governo, mas como Programa de Estado.

## PAINEL 2

**Daniel Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania – SECADI**, enfatizou, em seu painel, que é muito importante a presença de todos com mesmo objetivo comum para participação nos três dias de evento. Colocou que o tema na educação atinge 90% dos resultados, apesar de ser um trabalho muito pesado e cheio de desafios tanto na esfera estadual, Municipal e Federal. Destacou que o tema da intersectorialidade é caro e especial para a política pública em geral, pois é discutido há longa data, porém é um tema muito pouco estudado. Contudo percebe que há um avanço nesse aspecto, sendo possível observar que alguns conceitos correlatos foram se desenvolvendo na literatura, como governança, noção de rede, trabalho em redes, que é uma derivação do conceito de intersectorialidade. Ou seja, há uma tentativa de estabelecer dentro da política pública alguma maneira de fazer acontecer a implementação do trabalho articulado com metodologias e estratégias, as quais permitam avançar na intersectorialidade. Por isso, defende que é importante trazer em debate a implantação dos direitos sociais.

## PAINEL 3

**Heloísa Egas, MDS, falou sobre a Integralidade da Proteção Social, Governança e Território.** Disse que o tema é desafiador, entretanto precisa avançar nos espaços efetivos para a concretização das ações estabelecidas e o diálogo é a ferramenta chave para o estabelecimento de metodologia e estratégias. Falou também sobre a política de assistência social e como ela pode promover o desenvolvimento dos indivíduos e famílias que habitam determinado território, considerando o conjunto das demais políticas, as configurações do território e as desigualdades estruturais ali presentes. Em sua opinião, a Política de Proteção Social deve estar voltada à garantia dos direitos e condições dignas de vida, por isso deve ser norteadas por um Projeto Político, o qual objetive a mediação do acesso aos serviços sociais, bem como a mobilização para a geração de desenvolvimento de Políticas Públicas através de um Sistema de Seguridade Social com enfoques da pobreza, com foco no fenômeno multidimensional e multideterminado, observando a renda, o acesso aos bens e serviços e a garantia de direitos. A Mesa de 2017 consensuou a necessidade de integração de Metrôpoles e Estados e de ter relação com o território, visando trabalhar as desigualdades no desenvolvimento territorial local, as quais afetam as capacidades e possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos, famílias e comunidades, logo, a ideia do “trabalho em rede” precisa ser trabalhada no contexto do novo serviço público. Por isso, este evento objetiva construir uma proposta de rede colaborativa por meio de seus participantes e diversos segmentos.

Enfatizou que a atuação da Assistência Social no território só faz sentido se construída com as famílias por meio do reconhecimento das diferenças entre os indivíduos, expressas a partir de diversos aspectos. Disse que o atendimento integral deve ter o olhar multidimensional sobre os usuários e o território, logo, o enfrentamento das desigualdades depende do usufruto dos serviços públicos, com ação intersetorial e integrada e a articulação dos ativos sociais. Ressaltou que a ausência ou má qualidade dos serviços pode operar como potencializador ou perpetuador das vulnerabilidades presentes no território e na comunidade. Explicou em detalhes sobre: A Política de Assistência Social como proteção social básica e especial; o processo de territorialização e a participação da família. Disse que o Trabalho Social com Famílias deve alargar seu horizonte para ação com e no território, objetivando assegurar o sentimento de pertencimento social, bem como, fortalecer os processos de participação democráticos e, ainda, transformar comunidades demandantes em comunidades empreendedoras e empoderadas. Falou também da articulação intersetorial e a Estratégia de gestão e implementação, da importância de espaços de interação tais como: Fóruns, Colegiados, e rodas de conversa e educação permanente. Disse, ainda, que atuar tendo o território como base devem ser observados os seguintes aspectos: Ofertas públicas e privadas; relações de força e o indivíduo. A integralidade e o olhar sobre o usuário e o território necessitam ter os indivíduos e família; o diagnóstico de modo a promover a ação integrada.

## PAINEL 4

**Renata Bichir – Doutora em Ciências Política, Professora em Gestão de Políticas Públicas abordou o tema “Governança em rede: A importância dos arranjos intersetoriais”.** Discorreu, inicialmente, sobre “o que são redes, quais as possíveis contribuições da Análise de Redes Sociais (ARS) para o debate da intersetorialidade e, os diferentes tipos de redes: Quais fluxos, quais relações, quais atores deverão ser considerados?”. Na segunda parte da sua fala abordou a Governança e intersetorialidade; Desafios da implementação de projetos intersetoriais – importância da dimensão relacional e, aprendizados a partir de alguns estudos empíricos. Inicialmente explicou em detalhes as utilizações do termo “redes” no campo do Metafórico, do Normativo e da Metodologia. Dentre eles, enfatizou o termo Rede na questão da Metodologia na Governança e, a importância dos arranjos intersetoriais; o que são redes, quais as possíveis contribuições da Análise de Redes Sociais (ARS) para o debate da intersetorialidade. Apresentou os diferentes tipos de redes: quais fluxos, quais relações, quais atores deverão ser considerados. Destacou que, na análise de redes, é importante primeiro entender a estrutura do ambiente relacional em estudo para depois observar os atributos. Por essa razão é preciso pensar e olhar os fluxos para além dos protocolos e instrumentos, isto é, pensar as redes em contexto federativo. Explicou as diversas teias de

organização na agenda intersetorial, na política e projetos e, nos diversos Comitês intersetoriais, objetivando pensar a política, projetos, e os diferentes tipos de interesse, de forma a ampliar os fluxos e mapeamentos. Socializou a Rede das diversas Organizações, Associações Populares, ONGs na cidade de São Paulo. Exemplificou rede na vizinhança, família, trabalho, faculdade e outros. Citou, ainda, exemplos na Escala Multidimensional. Falou em detalhes sobre as vantagens da metodologia no processo de análise das complexas relações entre Estado e Sociedade. Sobre Governança e

intersectorialidade, ela apresentou os desafios da implementação de projetos intersectoriais, a importância da dimensão relacional e os aprendizados a partir de alguns estudos empíricos. Em relação à intersectorialidade, ela disse ser necessário analisar o grau de integralidade, pensando de forma horizontalmente e verticalmente as ações, levando em consideração as expertises de cada setor, ou seja, sistematizar os indicadores, principalmente o compartilhamento de recursos financeiros.



DE  
ACTORES

# OFICINA TARDE



## ABERTURA

As atividades da parte da tarde tiveram início com a fala do Coordenador-geral de Apoio à Gestão Descentralizada, Márcio Maurício. Ele falou da importância do Cadastro Único e do PBF e de seus avanços nos últimos anos, enfatizou a importância da articulação interfederativa e intersetorial e resgatou os encontros que aconteceram desde 2013 como um espaço de diálogo e construção. Em relação ao Ence 2017, colocou que foi um espaço colaborativo, de muita empatia e criatividade, no qual os presentes tiveram a oportunidade de trocar experiências, avaliar as ações de 2017 e propor ações para 2018. Falou da dinâmica dos trabalhos e da abordagem utilizada: o Design Thinking.

A Coordenadora-geral de Gestão de Processos de Cadastramento Substituta, Bruna Bastos, mostrou o trabalho que também vem sendo desenvolvido pela Senarc com as metrópoles desde 2013.

Com o objetivo de orientar os trabalhos das oficinas, foi passado um vídeo com o título “De onde vêm as boas ideias”.

Em seguida, o Coordenador-geral de Apoio à Gestão Descentralizada Substituto, Gláucio Cardoso, apresentou os objetivos das Oficinas da Mesa Técnica Ampliada e explicou a programação. Comunicou que as oficinas aconteceriam em 4 salas diferentes, cada uma coordenada por um facilitador e apoiada por 3 moderadores. Em cada sala, seriam formados 6 grupos com objetivo de acolher 46

participantes. Após orientar os presentes sobre o que aconteceria, apresentou os facilitadores, chamou cada participante e os direcionou às referidas salas. A formação dos grupos das salas foi mista: intersetorial e interfederativa.

## OBJETIVO

A oficina do primeiro dia de evento teve como objetivo permitir que os participantes pudessem imergir no contexto do Cadastro Único e do PBF a partir do ponto de vista das famílias beneficiárias e dos atores envolvidos para diagnosticar o que está acontecendo no momento atual em relação ao funcionamento da rede e sua governança.

As principais atividades tiveram como objetivos:

- Elaborar contexto da família para identificar características específicas de beneficiários do PBF;
- Mapear jornada do usuário para diagnosticar a experiência dos beneficiários com o Cadastro Único e o PBF;
- Elaborar um mapa de atores para identificar quem são os atores envolvidos no ecossistema do Cadastro Único e do PBF e entender a relação de proximidade do beneficiário;

A seguir, a descrição de cada atividade e a síntese do que foi gerado e discutido em cada uma delas.

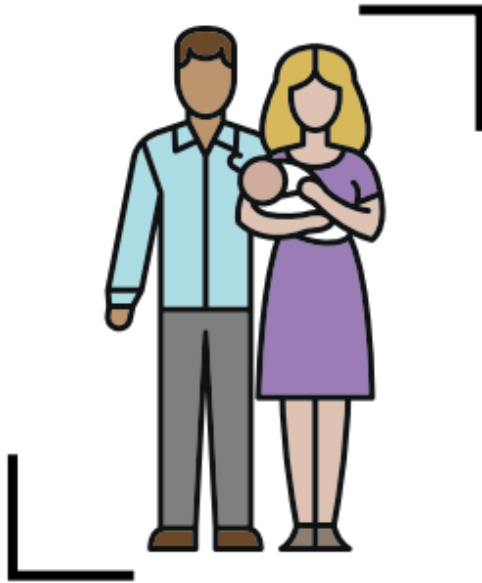


# ATIVIDADES

## **ATIVIDADE 1 - CONTEXTO DAS FAMÍLIAS**

A primeira atividade tratou do contexto das famílias beneficiárias. Cada um dos seis grupos em cada sala recebeu um perfil diferente de família construído pela equipe da SENARC. O objetivo era que cada grupo se aprofundasse nas características daquelas famílias beneficiárias, acessando seu conhecimento e experiência para dialogar entre os pares e construir personagens fictícios.

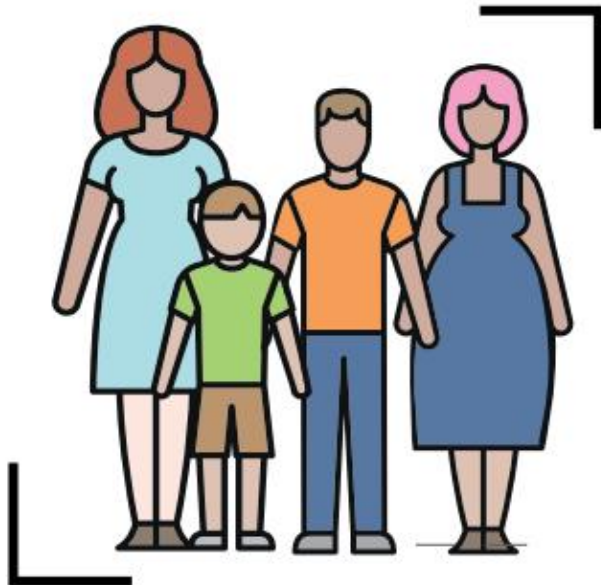
Esta atividade permitiu que os participantes se colocassem no lugar de quem é impactado pelo PBF, ou seja, das famílias beneficiárias. Para que, de forma empática, fossem capazes de realizar as atividades que aconteceriam na sequência com o foco nas famílias. Segue, abaixo, o contexto criado em cada grupo:



**Casal com filho de 4 meses**

Pai e mãe com o filho de quatro meses

- Casal com filho de 4 meses; Pai com escolaridade fundamental I completo, ambulante, e órfão, mãe escolaridade médio incompleto, dona de casa, filha de mãe solteira, família de Alagoas, casa cedida, renda de 500,00.
- Família de imigrantes, o filho nascido no Brasil, havia nessa família uma insegurança alimentar, como moradores de abrigo, embora com escolaridade superior, encontravam-se sem colocação no mercado de trabalho, subemprego.
- Alcoolismo, território com grandes conflitos, ausência de infraestrutura básica, moradia precária, baixa autoestima, baixa escolaridade, desemprego, PBF como renda única, sem referência familiar e sem acesso ao registro civil.
- São ribeirinhos, profissão de pescadores, onde não há energia elétrica. Recebe o básico, por exemplo, o BVG, Benefício Variável Gestante e mais variáveis BV – Benefício Variável. O lazer consiste em banho de rio e festas na comunidade. A criança tem baixo peso, em aleitamento. O pai é quilombola, na faixa etária de 20 anos, participa do EJA – Educação de Jovens e Adultos com bolsa. A mãe na faixa etária de 16 anos; abandonou o Ensino Médio, é “do lar”.



**Mãe com três filhos (7 anos,  
13 anos e 16 anos grávida)**

---

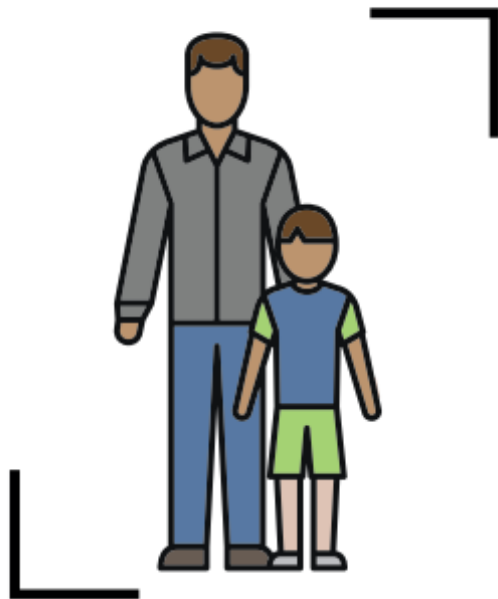
Mãe com 3 filhos (7 anos, 13 anos e 16 anos)

Filho de 16 anos evadiu da escola, pré-natal tardio 5 meses, 13 anos cumprindo medida sócio educativa, moradora de periferia do município, família catadora de material reciclável, beneficiário do PBF, família extremamente pobre, dois filhos com pais desconhecidos e mãe analfabeta.

- Há nessa família um maior risco de insegurança alimentar, evasão escolar, vínculos empregatícios informais, periferização, ausência da figura paterna, baixa renda, vulnerabilidade social elevada, gravidez precoce, menor acesso a políticas públicas.

- Mãe chefe da família, diarista, mãe solteira (nunca casou), renda de R\$ 216 reais semanal, logo, 640 reais mensais, ensino fundamental incompleto. A filha 1 gestante, evadiu da escola, sem atividade de geração de renda, está fazendo pré-natal, não cumpre as condicionalidades da educação, não ajuda a cuidar das irmãs. Já a segunda filha, está na escola, têm problemas de frequência escolar, baixa aprendizagem, trabalho infantil às vezes vende nas ruas; a terceira filha está na escola, na educação infantil.

- A mãe possui 32 anos, com ensino fundamental incompleto. Moram na periferia. Tem como lazer a ida a pracinha e o campinho de futebol do bairro. A renda da família é da mãe que é diarista sem carteira assinada. O pai está preso e a família não recebe o Auxílio Reclusão. A adolescente grávida de 03 meses ainda não iniciou o pré-natal. Os adolescentes estão sem acompanhamento de frequência escolar.

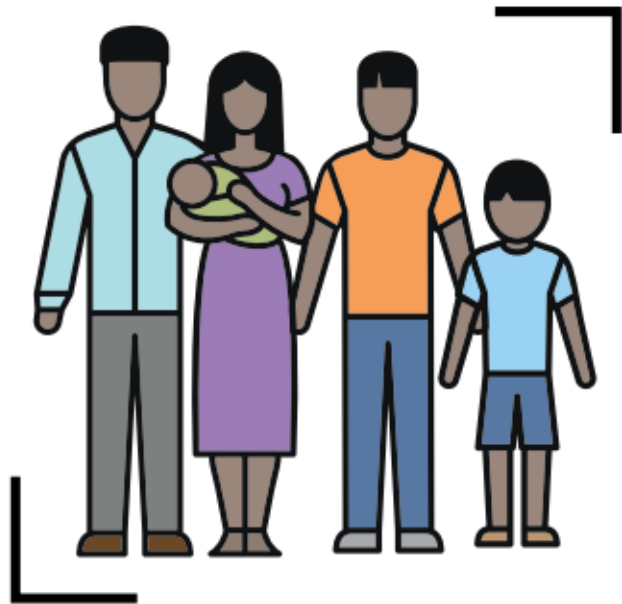


**Pai com filho de 6 anos**

---

Pai com um filho de 6 anos

- Com a mãe presa no sistema penitenciário, criança beneficiada pelo BPC, moradores de uma ocupação, criança autista, pai autônomo vendedor de lanches, criança em tempo integral na escola;
- Pai solteiro, ajudante de pedreiro, tendo a família uma renda per capita de R\$ 75,00, morando há dois meses em moradia cedida, na cidade de São Paulo, zona urbana. A criança na situação estaria fora da escola e lazer seria a praça.
- Pai sozinho, autônomo, casa cedida, a criança ter baixa frequência escolar, falta de acesso à educação integral, não tem com quem deixar a criança, a criança está com o acompanhamento de saúde em dia.
- Pai com 30 anos, empregos de “bicos”. Com moradia urbana, tendo como fonte de renda o PBF. O filho, adotado, tem como lazer o futebol, participa do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – faixa etária de 06 – 14 anos.



**Casal Indígena com três filhos  
(1 mês, 8 anos e 17 anos)**

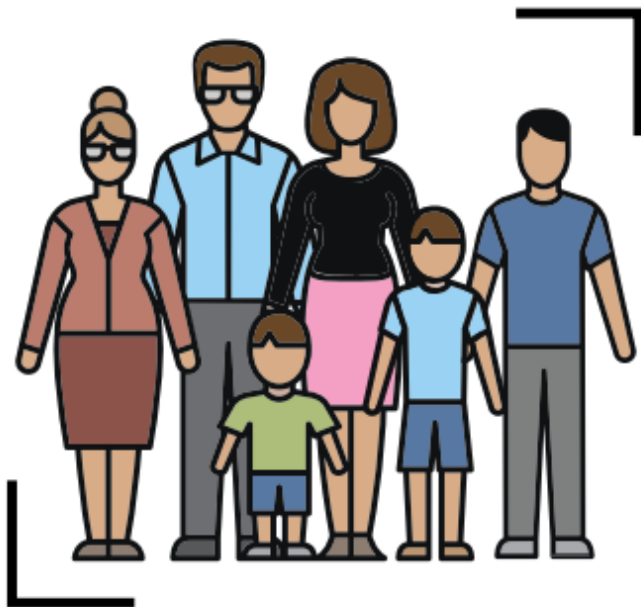
Casal indígena com três filhos (1 mês, 8 anos, 17 anos)

- Não aldeados; com vulnerabilidade social, com cultura própria; uma família tradicional; perda da linguagem matriz, situação de rua, alcoolismo; usuários do SUS; artesão, discriminados.

- A família vivia em situação de extrema pobreza. Considerou-se também que a resistência cultural era o impeditivo para o acesso à educação e acompanhamento da saúde. População ribeirinha, assim como a família se encontrando em situação de vulnerabilidade, foram colocados como sendo do Maranhão. O cartão do programa em posse do atravessador, pela dificuldade em acessar os locais de pagamento. A família também estaria inserida no CAD, beneficiária PBF, mas não devidamente sinalizada nos campos específicos. Foi colocado também a questão da resistência a aceitação do acompanhamento familiar pela proteção básica por não se achar contemplada pela política de assistência.

- UBS distante, utiliza barco, escola distante, vulnerabilidade, mora em reservas, ESF (indígena) volante, CRAS equipe volante, intérprete de linguagem específica.

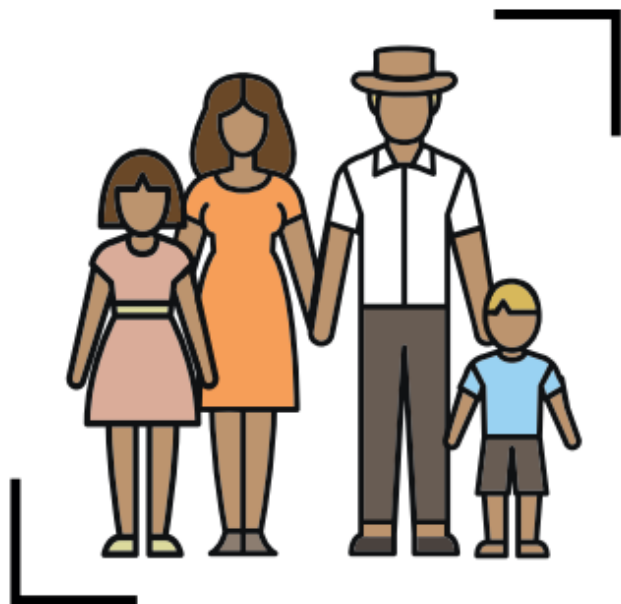
- A mãe possui 32 anos e o pai, 33 anos. Tendo como moradia, terras indígenas no estado do Mato Grosso. A renda familiar consiste na agricultura e empreendedorismo. A escolaridade dos pais é a alfabetização em língua pátria. A dos filhos: 03 anos, o ensino fundamental, a do adolescente, o ensino médio. O lazer consiste na ida a rios e cachoeiras e inserção na própria cultura local. Percebem no convívio social, preconceito e fragilidade, com índices grandes de suicídios. A título de exemplo em um dos grupos, foi citado a experiência do estado do Mato Grosso em que há tribos que procuram atendimento na Assistência Social, CRAS e a FUNAI



**Avó (59 anos) com filho  
(25 anos) e filha (19 anos) e  
3 netos (4 anos, 10 anos e 14 anos)**

Avó (59 anos) com filho (25 anos) e filha (19anos) e 3 netos (6, 10,14)

- Família residente em área urbana – zona periférica, renda de 1 salário mínimo, aposentada, gestante em acompanhamento, ESF/Unidade de saúde. PAIF/SCFV/PCF, casa cedida de 03 cômodos, filho autista de 14 anos, filho de 25 anos dependente químico.
- A avó Joana, filho Antonio, filha Maria, Mateus o neto de 4 anos, Luiz o neto de 10 anos e Pedro o neto de 14 anos. Maria estaria na faculdade, Antonio separado e desempregado, Pedro como tendo sido abandonado pela mãe, Mateus filho de Maria e Luiz filho de Antônio.
- Família monoparental, avó responsável familiar, família vulnerável, filho com envolvimento no tráfico de drogas, trabalho informal, ausência de cônjuge, baixo rendimento escolar das crianças, vínculos familiares rompidos, violência sexual da filha aos 14 anos, obesidade crianças, abandono escolar dos pais, gravidez na adolescência e baixa renda.
- Moram em uma invasão, casa com 03 cômodos. Apenas duas pessoas trabalham. Renda total de R\$ 420 reais. Recebem o PBF. A filha de 19 anos não trabalha e nem estuda, possui 1 filho de 04 anos, não frequentam creche, não há ônibus para ir à escola.



**Casal de pescadores artesanais  
com dois filhos (3 anos e 12 anos)**

- Renda familiar de R\$ 650,00, casa não saneada em terra batida, filha mais velha ajuda o pai na pesca e frequentemente falta aulas da escola, reside distante da rede de serviço de saúde, principalmente a serviço de saúde especializados.
- Moradores de área rural, sem saneamento básico, os pais com baixa escolaridade, as crianças não cumprindo a condicionalidade de saúde e sem mobilidade.
- A pesca é uma atividade laborativa da família, renda sazonal, grupo populacional tradicional (GPTES), criança 3 anos condicionalidade saúde, criança 12 anos condicionalidade educação, seguro defesa, vinculada a uma equipe saúde família.
- São semianalfabetos. Moram em Caraguatatuba/SP. Possuem R\$ 400 reais de renda. A mulher possui 27 anos, artesã, e o companheiro possui 33 anos.

Casal pescadores artesanais com 02 filhos (3 e 12 anos)

## **ATIVIDADE 2 – JORNADA DO USUÁRIO**

Após traçar o perfil das famílias beneficiadas, os grupos realizaram o mapeamento da jornada a fim de diagnosticar a experiência das famílias beneficiárias com o Cadastro Único e o PBF. A Jornada é uma representação, sob a perspectiva da família beneficiária, de todas as ações e interações que ela tem com o cadastro único e com o PBF, dispostas em ordem de ocorrência. De acordo com a ordem de ocorrência de cada ação, foram identificados os pontos de contato com o PBF e Cadastro Único; sentimentos e pensamentos da família; atores responsáveis; ações dos responsáveis; e problemas enfrentados pelos responsáveis.

Foi observado nessa atividade que os grupos, apesar de terem perfis diferentes, encontraram muitos pontos em comum relacionados a sentimentos, instituição responsáveis, funções dos responsáveis e os problemas enfrentados. As Jornadas integrais, mapeadas pelos grupos estão disponíveis no material anexo (ANEXO I).

Abaixo, seguem comentários organizados por ação do usuário na jornada, dispostas em ordem de ocorrência:

### **REALIZA O CADASTRO**

De maneira geral foi colocado que no momento que a família realiza o cadastro, os pontos de contatos são o entrevistador, o CRAS, o intérprete e o profissional da saúde. Neste momento a família sente que será atendido, que há uma possibilidade de receber ajuda, trazendo uma expectativa de melhoria de vida, o que gera uma ansiedade pelo tempo de receber o dinheiro e o alívio por poder se cadastrar. Algumas famílias também ficam desconfiadas. Os sentimentos mais observados foram incerteza, dúvida, insegurança, expectativa.

A instituição responsável pelo cadastro é a Secretaria de Assistência Municipal por meio do CRAS a qual averigua e acompanha as condicionalidades. Seus funcionários acolhem, entrevistam, realizam encaminhamentos, registros no CadÚnico, dá orientações e identificam outras vulnerabilidades. Também são responsáveis pelos esclarecimentos e orientações as famílias.

Os maiores problemas enfrentados por essa instituição é a falta de equipamentos e de pessoal, estrutura física precária, falta de capacitações e logística insuficiente como internet lenta. Foi citado também como problema a indicação do beneficiário por político, a falta de documentos das famílias, o idioma (no caso de família de imigrantes, a alta demanda e pressão do usuário.

### **AGUARDA O CONTATO**



A família aguarda o contato na sua residência. Nesse momento percebe a demora no recebimento de informações e se questiona se vai receber; ou quando e quanto vai receber. Muitas delas Inclusive fazem oração, pedindo a Deus que esse dinheiro venha. De modo geral sentem ansiedade, esperança, desespero, preocupação, inclusive começam a gastar, já contando com o recurso que irá receber, logo, gastam o que não tem ainda.

As instituições responsáveis são: A Caixa Econômica Federal Econômica Federal, MDS e o CRAS. O MDS e Caixa Econômica Federal monitoram as famílias em potencial para o PBF: prestam informações e realizam visitas técnicas, objetivando prestar os devidos esclarecimentos e orientações. Os maiores problemas enfrentados por essas instituições são a falta de digitação, inclusão online, a sobrecarga de trabalho, recursos humanos insuficientes, dificuldade de acesso à internet, falta de transporte. Monitorar os beneficiários contemplados que não sacaram nos primeiros três meses também foi um problema citado.

#### RECEBE NOTIFICAÇÃO

Quando há o recebimento das notificações, os pontos de contatos são as residências, a carta e o cartão. A família nesse momento fica feliz por receber o benefício e se preocupa com o que ela vai fazer agora. fica a princípio aliviada, mas também com dúvidas.

As instituições responsáveis nesse momento são o MDS, Caixa Econômica Federal e os Correios que liberam e enviam o cartão e

realizam as correspondências e notificações. O CRAS também orienta sobre o benefício e as condicionalidades. Os maiores problemas enfrentados por essas instituições são os endereços errados e não conseguir localizar o beneficiário e a ineficácia dos correios, com extravio de cartões e dificuldade de acesso às famílias.

No caso das famílias indígenas, os pontos de contatos serão a aldeia e parceria com as redes. As instituições responsáveis são a equipe do CadÚnico e o CRAS que realiza contatos e parceria com FUNAI, ESF e educação. Os maiores problemas enfrentados por essas instituições são a comunicação e a falta de acesso.

#### ATIVA OS CARTÕES

A ativação do Cartão é feita pelo 0800 da Caixa Econômica Federal Econômica. Registrou-se que a família contemplada pelo Programa se sente feliz, pois vê que a sua condição de vida vai melhorar por meio de uma renda mensal. Muitas vezes sofre decepções e aborrecimento em função do enfrentamento de longas filas e dúvidas sobre o que fazer nesta etapa em virtude da ausência de informações.

As instituições responsáveis são a Caixa Econômica Federal econômica e assistência social, que confirma o novo beneficiário, dando as devidas orientações acerca das responsabilidades da família, que libera e desbloqueia o cartão e divulga o calendário do recebimento.

Os maiores problemas enfrentados por essas instituições são o sistema fora do ar, dificuldade da cobertura nacional bem como a falta de servidores e postos de atendimentos. Muitas vezes também ocorrem divergências de informações e inconsistências cadastrais, o que dificulta o desbloqueio. O desconhecimento das datas do calendário pela família beneficiária também foi citado.

#### AGUARDA O SAQUE

Enquanto a família aguarda o saque, os pontos de contatos são a residência, Caixa Econômica Federal e as lotéricas. A família nesse determinado momento se questiona quando será que vai receber, faz planejamentos e cria expectativas.

As instituições responsáveis são Caixa Econômica Federal e as lotéricas que orientam as famílias quanto ao calendário e o MDS que elabora o calendário de pagamento. Os maiores problemas enfrentados por essas instituições são as dúvidas do usuário e escassez de pontos de atendimentos para esclarecer as dúvidas, a falta de posto de pagamento e falta de dinheiro em espécie.

#### SACA O DINHEIRO

Ao sacar o dinheiro os pontos de contatos são a Caixa Econômica Federal, lotéricas e postos de atendimentos. As famílias nesse momento sentem alívio, alegria e ficam felizes por que conseguiram o dinheiro e vão conseguir pagar as contas, mas também se questionam sobre o que vai fazer com o dinheiro.

A instituição responsável e a Caixa Econômica Federal que realiza a busca ativa dos benefícios não sacados. O maior problema enfrentado por essa instituição é não encontrar os beneficiários, a ausência de pontos de pagamentos lotéricas fora de serviço, longa espera e a má-fé.

#### CUMPRE CONDICIONALIDADES

---

Grande parte dos grupos colocou como ação das famílias o cumprimento das condicionalidades. Os pontos de contatos são o UBS e a escola. As famílias nesse momento querem evitar a perda do benefício, até porque percebem a melhoria na qualidade de vida.

As instituições responsáveis são: Assistência Social, Educação e a Saúde, as quais realizam o acompanhamento das condicionalidades. Os maiores problemas enfrentados por esses segmentos são a desinformação da família, falta de recursos humanos e dificuldade da família no acesso aos equipamentos da assistência social, saúde e educação. Foram citados também o comprometimento dos gestores e as ações intersetoriais como problemas, bem como o sistema de acompanhamento, não localizar as famílias e o não compartilhamento do IGD.

#### DESCUMPRE CONDICIONALIDADES

Muitas vezes os benefícios são bloqueados pelo não cumprimento das condicionalidades na educação ou saúde, e os pontos de contato

serão a Caixa Econômica Federal, o CRAS e equipes volantes da Assistência Social. A família nesse momento sente raiva, tristeza, frustração e incompetência.

Os responsáveis são os filhos por baixa frequência ou evasão escolar, deve ser feito um recurso no SICON, onde será feito o acompanhamento escolar. Os maiores problemas enfrentados são: a evasão escolar, a falta de professores capacitados, a infraestrutura, e a falta de valorização profissional, rotatividade funcional, assim sendo, foi colocado que é preciso trabalhar intersetorialmente sobre os motivos de baixa frequência, comprometimento da família e a equipe reduzida.

#### DESBLOQUEIO DE BENEFÍCIOS

Para desbloqueio de benefícios, o ponto de contato será o CRAS. A família nesse momento sente esperança, responsabilidade em relação à manutenção do benefício. Os responsáveis são a família, saúde, educação e assistência social que realizam o plano intersetorial da família. Os problemas enfrentados são as dificuldades de cumprir com o plano de acompanhamento e a rotatividade profissional que fragiliza o vínculo com o serviço.

#### ATUALIZA CADASTRO

Vários grupos colocarão a atualização cadastral como ação, e os pontos de contatos são o CRAS, o CadÚnico, a saúde e a ESCOLA.

Nesse momento as famílias ficam preocupadas se vão ou não continuar recebendo o benefício, por isso se sentem responsáveis em cumprir. Também se sentem aborrecidas pois enfrentam filas enormes.

As instituições responsáveis são municípios e o governo federal, o CRAS e a gestão do CadÚnico os quais que realizam a busca ativa e fazem o batimento das informações. Os responsáveis pela atualização cadastral são a ESF, escola, assistência social e coordenadores que verificam os dados autodeclarados com o registro, verificam os documentos e atualizam. Os maiores problemas enfrentados por essas instituições são: a omissão de informações das famílias e sua alta mobilidade bem como a falta de pessoal, despreparo dos servidores e estrutura, a comunicação, falta de divulgação e o acesso.

#### **ATIVIDADE 3 – MAPA DE ATORES**

MAPA DE ATORES

A terceira atividade teve como objetivo identificar quem são os atores envolvidos no Ecossistema do Cadastro Único e do PBF e entender a relação de proximidade com o beneficiário. Cada grupo recebeu um painel para identificar quem são os atores envolvidos no contexto, utilizou-se os post-its para alocar os atores de acordo com a sua proximidade com o beneficiário. Após preencher o painel, um primeiro grupo apresentou seu mapa, e os demais complementaram o que não foi contemplado por ele.

Abaixo apresentamos os atores por ordem de proximidade com o beneficiário. Realizamos uma abstração do que mais se repetiu, embora tenha aparecido registros diferentes entre os grupos. Percebeu-se que o mapa de atores é mutável de acordo com a realidade de cada perfil familiar.

#### *NÍVEL DE PROXIMIDADE:*

*Nível 1 - MUITO PRÓXIMO*

*Nível 2 – PRÓXIMO*

*Nível 3 – MENOS PRÓXIMO*

#### **NÍVEL 1**

Equipe PSF, UBS, CREAS, CRAS, entrevistador, ACS, OBS, escola, creche, professores, educador de convivência, assistente social, entrevistador social, secretário escolar, diretor escolar, psicólogos e agente comunitário de saúde, Ouvidoria municipal, Ouvidoria do MEC.

#### **NÍVEL 2**

Regionais, Coordenadorias Municipais, Coordenação Municipal de Educação, Diretor Escolar Distrito Regional, Conselho Tutelar e Segurança Pública. Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Ministério Público, Caixa Econômica Federal, órgãos de fiscalização e controle, controle social, SIBEC, CT, NASF, ESF.

#### **NÍVEL 3**

Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Assistência social, secretaria estadual de educação e \*Polícia Militar. Coordenações estaduais e Conselhos estaduais. Ministério da Educação, Ministério Da Saúde e Ministério Do Desenvolvimento Social, Conselho Federal de Assistência Social.

Outros que foram citados, mas que não se repetiram

Judiciário, Médico, EMATER, Restaurante Popular, Polícia Federal e cartórios pela questão da documentação (família de imigrantes),

Centro de Referência de Assistência ao Imigrante , FUNAI e FUNASA (família indígena), Secretaria de Direitos Humanos Estadual, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Centro Pop, CASAI, Secretaria de Políticas para Mulher (Municipal, estadual e Federal), ONGs, MPE, INSS, Instituto de preservação, Concessionária de fornecimento de Água e Concessionárias de Fornecimento de Energia, Associação de Moradores, Pastorais e Lideranças locais,

Mídias social virtuais e outros meios de comunicação, Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e CASAI, Vizinhos, Defensoria Pública, Centros de inclusão produtiva Municipal, Polícia Militar.

Os registros integrais dos Mapas de Atores estão disponíveis no material anexo (ANEXO I).

---



**DIA 2**  
**DEFINIR CAMINHOS**





# PAINEL MANHÃ

Mesa Técnica Ampliada 2018

Oficina de Trabalho Interdisciplinar e Intersetorial  
Capacitação e Programa Bolsa Família

14 e 15 de Junho de 2018 - Brasília, DF

O Painel do segundo dia do evento, que aconteceu no período da manhã, teve como objetivo oferecer informações para os participantes sobre as características de funcionamento de uma Rede e sobre o funcionamento do Cadastro Único e o PBF hoje para que, em oficina no período da tarde, possam definir o que é preciso ter.

## **PAINEL 1**

**Juliana Matoso Macedo, Coordenadora-geral de Articulação Intersetorial, do Departamento de Condicionalidades – DECON/Senarc, abordou o tema “Novos desafios de Intersetorialidade a partir do Programa Bolsa Família”.** Resgatou o histórico de intersectorialidade do PBF no campo da Legislação/normativas; Sistema de Condicionalidades e, Estudo de impacto. Apresentou os resultados do PBF na área da Educação, nos quais se observa que a taxa de abandono no Ensino Fundamental das crianças do Bolsa Família é menor que a média geral; a taxa de aprovação dos alunos do Bolsa Família no Ensino Fundamental é maior que a média no Nordeste e Norte; a taxa de abandono no Ensino Médio foi menor entre os estudantes do PBF e, ainda, a taxa de aprovação dos alunos do Bolsa Família é superior à média no Ensino Médio. Em relação aos Resultados do PBF na área de saúde, ela destacou que houve redução em 17% da mortalidade entre crianças menores de cinco anos nos

municípios com alta cobertura da Estratégia de Saúde da Família; Redução maior na mortalidade por desnutrição com 65% e diarreia com 53%. Disse que o Benefício Variável à Gestante - BVG aumenta significativamente a identificação precoce de gestação até 12ª semana em beneficiárias do PBF. Atualmente observa-se que há o percentual de 50% mais consultas de pré-natal, e também a diminuição em 14% do índice de crianças que nascem prematuras, logo, menor prevalência de baixo peso ao nascer. Destacou o percentual de 99,1% de vacinação em dia das crianças acompanhadas. Explicou em detalhes as ações para além das condicionalidades, a Pesquisa Intersetorialidade PBF em 2014 com os Municípios e Estados, bem como a percepção coletiva da importância da intersectorialidade e os instrumentos utilizados. Detalhou a Intersetorialidade vista como desafio e como solução. Falou sobre a Visão de futuro proposta no ENCE/2017, e que as proposições que devem ser consolidadas até 2030 são: Melhoria na comunicação com os beneficiários; Mobilização dos atores da rede socioassistencial; Comitê intersectorial municipal e Aumento do repasse orçamentário e financeiro para qualificar sistemas. As ações previstas até 2022 são: Otimização das ações em equipe; Maior conhecimento sobre a rede Integração; Unificação dos sistemas. Falou dos Problemas Complexos e Multicausais. Enfatizou que na questão da integração das diversas políticas públicas, necessário se faz ter os objetivos comuns específicos bem claros e delimitados, bem como definir a quem compete a intervenção no atendimento às



famílias. Ressaltou a importância de ter definida onde a integração das ações será produzida, partindo dos pressupostos da formulação, implementação, monitoramento, avaliação; território na área da Infraestrutura e serviços; Estruturas organizativas/Equipamentos públicos; CRAS. Explicou como é realizada a integração, isto é, os arranjos governamentais e os instrumentos utilizados, além disso, ela disse ser imprescindível fazer reflexões sobre a intersetorialidade, visando ter um panorama geral sobre como se dá o Nível de Articulação Intersetorial. Disse também da necessidade de se fazer uma análise criteriosa das variáveis que influenciam a intersetorialidade, quais sejam: As Especificidades locais, por exemplo, cultural, geográficas; ter o histórico de cada setor/Grau de consolidação da política do setor; Assimetria de capacidades, Recursos que cada ator controla ou mobiliza e verificar as causas dos desequilíbrios de poder, não esquecendo também das questões da linguagem setorial versus linguagem comum/ Esquemas compartimentalizados de pensar e, tipos de liderança/Grau de discricionariedade no nível local. Por fim, ela falou sobre a Intensidade da Articulação Intersetorial, sobre esse aspecto é necessário fazer a análise da alta e baixa intensidade das proposições de compartilhamento, planejamento em conjunto; informações e recursos de pessoas, forças e fluxos a serem compartilhados e o eficaz funcionamento de Rede. Enfatizou que nos extremos, uma baixa e alta densidade da intersetorialidade não é necessariamente boa ou ruim, pois vai depender do problema a ser enfrentado.

## PAINEL 2

**Simone Medeiros, do Ministério da Educação, abordou o tema “Intersetorialidade e os desafios da construção de redes colaborativas no Bolsa Família: a experiência da educação”.**

Destacou que o desafio maior em termos de políticas públicas está relacionado ao desafio da construção de redes internas, especialmente na área educacional. Falou das mudanças que vem ocorrendo no campo da política e que nesse novo paradigma, da sociedade em rede que vivemos hoje, muda-se a forma de fazer a política. Por isso, é preciso fazer uma releitura desse novo modelo, especialmente para o setor público e o sistema educacional, que é o ator decisivo para desenvolver e moldar a sociedade em rede, mas que possui um modelo burocrático que está em completa contradição com as exigências e os processos das sociedades em rede nos níveis operacional, tático e estratégico. A mudança estrutural do sistema educativo é condicionante para atuação em rede, ou seja, uma educação baseada no ‘aprender a aprender’ ao longo da vida e preparada para estimular a criatividade e a inovação de forma a ampliar a capacidade de aprendizagem a todos os domínios da vida social e profissional.

Falou sobre as políticas sociais e como se movem neste contexto de mudanças. Disse ser indispensável pensar intersetorialidade e Bolsa

Família nas seguintes questões: Em que contexto político e social o Programa Bolsa Família foi criado e como se organizou? Qual o modelo de governança adotado pelo Programa? Como se concebe a intersetorialidade no Programa Bolsa Família? É possível construir redes colaborativas e interssetoriais com as estruturas de gestão e a legislação do PBF disponíveis e disseminadas e, por onde começar? Relatou experiência da educação no âmbito do Bolsa Família e sua nova concepção de política de inclusão social nesses 10 anos. Falou sobre a articulação, formação e comunicação centrada no MEC; o fortalecimento da rede dos profissionais da educação, responsáveis pelo acompanhamento da condicionalidade da educação do Programa Bolsa Família; da Alteração das nomenclaturas de Coordenação de Frequência Escolar e Operador Municipal Máster para Coordenação Estadual e Municipal do PBF na Educação – Nota Técnica MEC/MDS nº 02/2014, e da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social: formação continuada, especialização, aperfeiçoamento e extensão, pesquisa acadêmica e difusão do conhecimento.

Apresentou em detalhes os desafios para a formação continuada dos profissionais da educação, ressaltou a necessidade de sensibilizar os profissionais da educação e outros envolvidos com políticas sociais no que se refere às relações entre educação, pobreza e desigualdade social, constituindo-se em uma oportunidade de reeducação e radicalização do olhar sobre as vivências de crianças e adolescentes em situação de pobreza.

Apresentou os dados do PBF no âmbito da educação: em 2016 nos meses setembro/outubro registrou-se o total de 2.237.570 estudantes beneficiários; foram encontrados 1.514.417, logo, 67,68%, já em 2017 nos meses setembro/outubro registrou-se o total de 1.829.754 estudantes beneficiários, foram encontrados 1.366.304, logo, 74,67%. Falou sobre a Formação acadêmica da rede de profissionais de educação do PBF. Apresentou, ainda, a série histórica do total de beneficiários do PBF com frequência escolar acompanhada no período de 2007-2018, ressaltou que nesse aspecto observou-se o melhor resultado de toda série histórica no período de 2007 - 2018. Apresentou, ainda, os motivos de baixa frequência escolar, situações coletivas e outros registros em março de 2018. Destacou os desafios do acompanhamento da educação PBF: Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades. Disse que a iniciativa tem como escopo contribuir para a reflexão, a discussão e o enfrentamento dos principais fatores, tais como: Repetência, abandono e evasão escolar têm impedido as trajetórias escolares de crianças e adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social, beneficiárias do PBF, no país, com vistas à conclusão dos estudos na idade adequada, logo, é imprescindível fazer o enfrentamento, reflexão e discussão. Enfatizou que as iniciativas das trajetórias escolares devem acontecer a partir da articulação das redes interssetoriais e formação continuada em atenção à interface com política, projetos e ações.

Destacou o número de 7.821 de estudantes do PBF na cidade de Manaus com baixa frequência de um público acompanhado do PBF no total de 148.162. Em seguida, falou em detalhes sobre os indicadores de alerta e riscos com foco nos motivos de baixa frequência; violação de direitos e risco social e sugestões de encaminhamentos, até porque a iniciativa de trajetórias escolares é uma iniciativa de gestão e de enfrentamento às situações que dificultam as trajetórias escolares de crianças e adolescentes, beneficiárias do PBF.

## PAINEL 3

**Heloisa Egas, MDS, abordou o tema “Intersetorialidade e gestão colaborativa no âmbito do Programa Bolsa Família”.** Falou sobre a articulação intersetorial com foco na estratégia de gestão e implementação de busca de formas mais articuladas e coordenadas das políticas setoriais e, ainda, tendo um olhar abrangente sobre a pobreza, bem como as condições de sua produção e reprodução social, tendo em vista as competências e recursos necessários à garantia dos direitos das famílias em situação de vulnerabilidade social, em atenção às demandas por políticas em diversas áreas, expressando as necessidades de desenvolvimento, desde que elas sejam conjugadas junto às famílias, especialmente na questão social nos territórios. Para ela, para que as ações da articulação

intersetorial sejam realizadas se faz necessário dar importância aos espaços de interação nos níveis técnicos e de gestão, o que só será possível através de propostas consolidadas nos fóruns, colegiados, e rodas de conversa. Disse que é necessário conjugar as demandas das famílias e as expressões da questão social nos territórios, objetivando a construção conjunta de estratégias de aproximação com o território através de canais de troca e construção coletiva, as quais facilitam a integração entre os profissionais no atendimento às famílias, assim sendo, é preciso trabalhar o fortalecimento do papel preventivo na gestão territorial, por meio da prevenção do descumprimento de condicionalidades; do planejamento das ações e da articulação e definição de fluxos entre os serviços da assistência social e das demais políticas públicas.

Explicou o que é vigilância socioassistencial, enfatizando que ela permite uma visão integrada entre as demandas e respostas de proteção social em determinado território. Falou sobre o CRAS e a gestão do território. Ele deve atuar preventivamente; ser referência para a população local e para os serviços setoriais, fortalecendo a presença estatal no território, e a necessidade de adequado conhecimento do território, além disso, deve ter organização e articulação das unidades da rede. Falou sobre as condicionalidades e o SUAS do PBF como elemento sinérgico da superação das desigualdades estruturais; acompanhamento das condicionalidades de educação e de saúde como ferramenta de gestão territorial. Destacou que o trabalho Social com famílias deve apoiar a superação

de suas vulnerabilidades sociais e no enfrentamento dos riscos que estão associados à situação de pobreza.

Exemplificou situações de vulnerabilidade, os quais dificultam o acesso de famílias e indivíduos aos seus direitos e exigem proteção social do Estado. Socializou as Orientações Técnicas do PAIF e seus respectivos objetivos, quais sejam: Fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários; Promover aquisições sociais e materiais, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, e aos demais serviços setoriais; Apoiar famílias que possuem indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. Falou do público do PAIF, segundo a tipificação, citou alguns perfis de família, segundo diversidade de público e território, e características de seus membros. Também falou dos resultados esperados do PAIF, tais como compreender que a vulnerabilidade enfrentada por uma família pode representar uma vulnerabilidade estrutural do território, no âmbito familiar e territorial. As ações do PAIF a partir da acolhida são individuais; coletivas; particularizada; Oficinas com Famílias; encaminhamento, elas levam a tomada de decisão no processo de ação comunitária. Quanto ao Atendimento versus Acompanhamento, ele ocorre por meio de atendimento e acompanhamento familiar. Enfatizou que as famílias em descumprimento de condicionalidades podem ser atendidas ou

acompanhadas, a depender da avaliação do técnico responsável. Explicou em pormenores todo o processo do Protocolo de Gestão Integrada de Programas, Serviços e Benefícios, bem como os seus respectivos objetivos. Explanou que o ponto de partida para o Trabalho Social com Famílias é o Prontuário do SUAS, logo, é o início do trabalho social com as famílias atendidas e acompanhadas e, ainda, é um instrumento técnico que tem como objetivo contribuir com os seguintes segmentos: Produção de registros administrativos sobre o serviço prestado à sociedade, resguardando o sigilo das informações pessoais e os princípios éticos dos profissionais que realizam o atendimento; Ferramenta de diagnóstico, planejamento e acompanhamento do trabalho social com famílias e, Sistematização e padronização dos dados. Em relação às Ferramentas de gestão territorial, ela falou do mapeamento de experiências de integração, consultoria no âmbito da SNAS, o envolvimento de CRAS e CREAS na busca ativa e acompanhamento do PBF, a organização das bases de dados dos usuários e, por fim, o trabalho intersetorial. Além disso, socializou as ações em andamento, bem como, o planejamento SNAS 2018, a qual objetiva a integração e intersetorialidade.

## **PAINEL 4**

**Maria da Penha, do Ministério da Saúde, abordou o tema “Instrumentos de gestão e pactuação da saúde e suas interfaces com o Programa Bolsa Família”.** Inicialmente, ela socializou os números do Cadastro Único, do Programa Bolsa Família e Bolsa Família na Saúde. Discorreu sobre o PBF na Saúde, e suas respectivas condicionalidades, prevista na Portaria n.º 2.509 de 18 de novembro de 2004, que determina que as condicionalidades sejam os compromissos assumidos tanto pelas famílias quanto pelo poder público, objetivando ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. A referida Portaria está em uma hierarquia horizontal no que se refere às gestantes e crianças, contudo devem ser observados o cumprimento do calendário básico do pré-natal, bem como o estado nutricional, se no caso for gestante, em sendo criança, o cumprimento do Calendário Vacinal, observando o Estado Nutricional e Aleitamento Materno. Falou sobre o Benefício Variável Gestante, o BVG, o qual objetiva apoiar financeiramente a mãe e o bebê durante a gestação, aumentando a renda nas fases essenciais de crescimento e desenvolvimento através da identificação das gestantes realizada pela atenção básica e registrada Sistema Bolsa Família, sob a responsabilidade do SUS, o benefício pago pelo MDS deve estar com base nas informações do sistema BFA e, quanto antes for informada a gestação, antes se inicia o pré-natal e a família recebe o benefício.

Falou sobre a Consolidação da Saúde no Brasil, especificamente sobre as condições de bem estar dos indivíduos e das coletividades,

levando em consideração a integralidade na Saúde, ou seja, por meio do SUS, sendo que a política social deve levar em consideração as Políticas Intersetoriais com base na equidade, universalidade e, a determinação múltipla, isto é, os determinantes sociais. Destacou que o Brasil é o único país com mais de 200 milhões de habitantes com sistema único, público e gratuito de saúde. Explicou em pormenores como se dá a contribuição do SUS nas transformações sociais da população brasileira nas últimas décadas.

Apresentou os números de acompanhamento pela atenção básica. São 42.855 equipes de saúde da família atendendo 5.477 municípios do país; 263.924 agentes comunitários de saúde atuando em 5.498 municípios com ações de orientação às famílias e acompanhamento do estado nutricional, e cinco mil equipes multiprofissionais, sendo 83% com nutricionistas. Falou também sobre a Rede de Atenção à Saúde no SUS, destacando que todos os pontos de atenção à saúde são igualmente importantes para que se cumpram os objetivos da RAS e se diferenciam, apenas, pelas distintas densidades tecnológicas que os caracterizam, assim sendo, é necessária existir boa comunicação e estabelecimento de linhas de cuidado. Discorreu sobre os compromissos do SUS no PPA e Plano Nacional de Segurança alimentar e nutricional. O PPA tem como meta acompanhar na Atenção Básica pelo menos 73% de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com referência às condicionalidades de saúde e deve ter como iniciativas, registro, por meio das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa dados

nutricionais de pelo menos 80% de crianças indígenas e quilombolas menores de 7 anos beneficiárias do PBF; acompanhamento na Atenção Básica pelo menos 73% de famílias indígenas e quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família por meio das condicionalidades de saúde, já o Plano Nacional de Segurança alimentar e nutricional tem como meta, fazer o registro, por meio das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, dados nutricionais de pelo menos 80% de crianças indígenas e quilombolas menores de 7 anos beneficiárias do PBF. Também falou sobre as metas e iniciativas previstas do PPA do período 2016-2019; Plano Plurianual 2020-2023; Compromisso das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e, Pactuação Interfederativa 2017-2021 / SISPACTO, seus objetivos e relevâncias; Interface do PBF na Saúde e a qualificação da Agenda do SUS, Articulação para qualificação das ações relacionadas às condicionalidades de saúde do PBF. Expôs sobre o Apoio Financeiro FAN – PNAN, destacando que no ano de 2017 houve ampliação do repasse de recursos para a gestão das ações de nutrição para novos 943 municípios para financiamento das ações de alimentação e nutrição, o qual permitiu apoiar a implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição nos estados e municípios. Consignou a respeito de a Vigilância Alimentar e Nutricional – PNAN, enfatizando que ela permite identificar situações de risco à saúde, bem como o olhar integral ao segmento populacional em situação de vulnerabilidade social. Além disso, relatou sobre de que forma se dá a Promoção da Alimentação

Adequada e Saudável – PNAN, há um conjunto de estratégias que proporcionem aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares adequadas e saudáveis, tais como: Políticas Públicas Saudáveis; Oferta de alimentos saudáveis em ambientes institucionais; Regulação e controle de alimentos; Reforço da ação comunitária e, Educação alimentar e Nutricional. Apresentou o número de famílias acompanhadas e percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias do PBF no período 2014 a 2017. São 10.981.383 famílias a acompanhar; 8.507.592, isto é, 77,47% famílias acompanhadas; 18.634.691 tem acompanhamento individualizado e está assim distribuído: 7.276.492 crianças a serem acompanhadas; 5.408.880 crianças acompanhadas, ou seja, 74,33%; 465.160 gestantes a serem acompanhadas; 369.377 gestantes acompanhadas, isto é, 79,41%; 100.358 famílias indígenas a serem acompanhadas; 80.027 famílias indígenas acompanhadas, logo, 79,74% e, 94.416 famílias quilombolas a serem acompanhadas; 80.358 famílias quilombolas acompanhadas, logo, 85,35%. Explicou em detalhes sobre: As evidências, efeitos e impacto da política de transferência de renda na saúde e nutrição das famílias beneficiárias, o Perfil epidemiológico dos beneficiários do PBF e o desempenho dos serviços de AB nas regiões Nordeste e Sul, o estudo de avaliação do efeito do PBF na mortalidade infantil. Enfatizou que o PBF contribui na redução da mortalidade Infantil em crianças menores de 5 anos, especialmente as mortes decorrentes de doenças relacionadas à pobreza, esse é o maior foco de cobertura no citado no Programa.

sobre o Mapa Mundial da Fome disse que segundo o relatório, “O estado da insegurança alimentar no mundo” da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, o número de brasileiros considerados em situação de subalimentação caiu 82% de 2002 a 2013; o Brasil alcançou o nível menor que 5% no Indicador de Prevalência de Subalimentação, um critério adotado pela FAO para mensurar e acompanhar a questão no mundo, e houve Aumento da oferta de alimentos: em 10 anos, a disponibilidade de calorias para a população cresceu 10%. Trouxe para reflexão a seguinte argumentação: Considerando que o acompanhamento das condicionalidades auxilia na identificação de vulnerabilidades no território; como as redes de assistência social, saúde e educação podem trabalhar em conjunto para garantir o cuidado integral às famílias beneficiárias? Em resposta disse ser necessário definir a forma de gestão com foco nos princípios e valores através da intersectorialidade, utilizando ferramentas, mecanismos e estratégias que sustentem o início e a implementação da ação intersectorial, logo, deve ser instituída uma comissão intersectorial. Finalmente, apresentou os desafios e perspectivas para a gestão do acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF no âmbito do SUS. Explicou em detalhes as proposições no que dizem respeito a: Cobertura do Acompanhamento; Pactuações Intergestores; Acompanhamento das Condicionalidades: Sistema de Gestão do PBF na Saúde, o e - Gestor AB; Dados nutricionais; Acompanhamento de

Gestantes e, a Intersectorialidade entre a rede de saúde, a rede socioassistencial, a rede de educação e de segurança alimentar e nutricional.

## PAINEL 5

**Jose Roberto A. Frutuoso, Coordenador-Geral de Apoio à Integração de Ações, do Departamento do Cadastro Único – DECAU/Senarc, abordou o tema “Cadastro Único como instrumento de coordenação e intersectorialidade de políticas sociais”.** Falou das dimensões do Cadastro Único, as quais abrangem um conjunto de normas; programas usuários; Rede de cadastramento em todos os municípios e, Sistema online de cadastramento. Apresentou o Cadastro Único em Números, quais sejam: 27 milhões de pessoas cadastradas, em média 3 pessoas por família ou 40% da população brasileira. São realizadas 1,5 milhões de atualizações mensais e, 11,9 mil de postos de cadastramento em todo País. Está previsto no Art. 2º do Decreto nº 6.135/2007: “O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.” Consignou que o Cadastro Único como instrumento de coordenação e

intersetorialidade e adequado uso dele contribui para o esforço governamental de integração de ações para o enfrentamento da pobreza entendida no sentido multidimensional, bem como, promover a convergência de uma gama de políticas para atendimento ao público de baixa renda. A Promoção da ação intersetorial se dá através do planejamento das ações nos territórios; Seleção de Rede de atendimento beneficiários em todo o território; acompanhamento e transparência. Na questão dos Programas Usuários do Cadastro Único, ele destacou que o Cadastro Único se consolida como porta de entrada para um crescente número de políticas públicas focalizadas e não contributivas, para além do Programa Bolsa Família. Atualmente, são 26 programas usuários do Cadastro na esfera federal, entendidos como aqueles que usam as informações do Cadastro para seleção e/ou acompanhamento de beneficiários e atividades de gestão. Socializou os diversos Programas Usuários do Cadastro Único. Explicou em detalhes o sociograma do cadastro e os órgãos envolvidos; os fatores que impulsionaram a criação da Rede Cadastro Único. Apresentou em porcentagem a quantidade de programas simultâneos, destacando que a partir de dados de beneficiários de 11 programas sociais em dezembro de 2015 revelou que o acesso simultâneo de famílias cadastradas às políticas parceiras era baixo. A Rede Cadastro Único é um espaço colaborativo, visando promover a interação entre os programas usuários do Cadastro Único com foco na melhoria de gestão e de atendimento aos cidadãos. Expôs sobre os objetivos

específicos do Cadastro Único, bem como a estrutura em que eles estão inseridos. O Termo de Uso do Cadastro Único foi Instituído pela Portaria MDS nº 501, de 29 de novembro de 2017. É um instrumento que deve ser pactuado e assinado pelas gestões dos programas e políticas sociais usuários do Cadastro e, tem como objetivo principal: Formalizar a relação das gestões dos programas com o Cadastro, visando à institucionalização dos procedimentos e normas que condicionam a sua utilização; sistematizar os compromissos dos órgãos signatários em relação à observância das regras do Cadastro Único. São muitos os desafios da Rede Cadastro único, por essa razão é preciso pensar na capacitação continuada de gestores de programas usuários sobre normas, conceitos e processos do Cadastro, elencar as dificuldades de manipulação dos dados do Cadastro e defasagem dos dados, tendo em vista a baixa interoperabilidade entre sistema do Cadastro e sistemas de gestão dos programas usuários e, ainda, a coordenação na oferta dos programas ainda é baixa; a adoção e implementação do Termo de Uso em todos os níveis para estimular o uso adequado do Cadastro Único e seu potencial de coordenação intersetorial de políticas, além disso, ele disse ser necessário pensar como incluir as políticas universais, principalmente educação e saúde. Falou sobre a Rede Interfederativa do Cadastro Único, especificamente na dimensão vertical ou interfederativa, onde o papel articulador de políticas do Cadastro Único só é efetivo se houver coordenação entre o governo federal, estadual e municipal. O Governo federal deve ser o



responsável pela coordenação das ações, já o Governo estadual deve dar apoio aos municípios e o Governo municipal deve ser o responsável pela implementação das ações. Falou sobre a Rede interfederativa do Cadastro Único, especificamente no atendimento à população, a qual está vinculada à Secretaria de Assistência Social em 99,4% dos municípios; 11.908 postos de atendimento, desses 5.487, ou seja, 46,07% são CRAS; as Estratégias mistas de atendimento: 65% dos municípios usam CRAS; 56% usam sede do município; 20% usam postos exclusivos; 23% em unidades móveis; 13% outros equipamentos do SUAS e, 15% das entrevistas com visita domiciliar. Explicou em pormenores os processos que envolvem toda a rede do Cadastro Único na horizontal e vertical, além disso, apresentou os desafios da Rede Interfederativa do Cadastro Único, levando em consideração os seguintes aspectos: i) Como viabilizar o acesso ao Cadastro Único para todos aqueles que procuram, independentemente da demanda? ii) Como suprir as demandas de capacitação das gestões e do atendimento do Cadastro Único? iii) Como qualificar os dados do Cadastro Único por meio da averiguação cadastral, tratamento de denúncias e identificação de fraudes?

## **PAINEL 6**

**Gláucio Cardoso, Coordenador-geral de Apoio à Gestão Descentralizada Substituto, do Departamento de Operação –**

**DEOP/Senarc**, abordou o tema “IGD - Índice de Gestão Descentralizada - Instrumento Intersetorial”. Ele destacou que a Portaria 754, artigo 1º, § 1º prevê que as atividades a serem desenvolvidas com os recursos do IGD-M deverão ser planejadas pelo gestor municipal do PBF, de maneira articulada e integrada, levando em consideração as demandas e necessidades da gestão do programa, no que se refere às áreas da assistência social, educação e saúde. A gestão compartilhada requer planejamento intersetorial. O índice tem como objetivo medir e apoiar a gestão e deve refletir no desempenho dos Municípios e Estados, entretanto, a utilização deve ser co-responsável na implementação e na gestão das políticas da saúde; assistência social e educação. Falou das características de rede, destacando que deve haver colaboração, de forma a atuar em redes horizontais, integrando e compartilhando conhecimentos e recursos, bem mais do que agindo de maneira isolada. É preciso ter abertura, pois com mais conhecimento e informação, as pessoas contribuem com mais eficácia para a solução de problemas. Falou também sobre o compartilhamento, o qual deve aumentar a informação e fomentar relacionamentos, estimulando o progresso em outras áreas; a integridade, baseado em três aspectos, a saber: Valores: honestidade, consideração e responsabilidade, juntos com a transparência formando os fundamentos da confiança; a Interdependência, tudo está interconectado e sistêmico. Nenhum cidadão, nenhum órgão do governo, nenhum país, nenhuma sociedade é uma ilha. A integração permite o trabalho articulado

entre diferentes áreas, para resolver problemas comuns. Explicou em detalhes sobre o cálculo dos valores financeiros; cálculo dos valores a serem repassados aos municípios, de acordo com os cadastros atualizados com perfil de ½ salário mínimo. Falou dos incentivos financeiros e dos repasses aos municípios que atingem o mínimo de: 0,55 no fator de operação; 0,30 para a TAFE e TAAS; 0,55 para a TAC. Apresentou a Evolução dos recursos do IGD-M em 2018; a utilização dos recursos financeiros do IGD/PBF, apenas para a qualificação da gestão. Explicou em pormenores sobre o planejamento intersetorial e as diretrizes de gastos para a aquisição de bens e serviços no ano seguinte, observando que seja antes ao 4º trimestre; aplicação de recursos responsáveis pela aquisição bens/serviços do gestor municipal e coordenador estadual PBF/Cadastro Único, assim como junto ao gestor fundo assistência social e ao gestor fundo de assistência social, de que forma ocorre o controle social na gestão Bolsa Família, Cadastro único e recursos do IGD/PBF; apoio técnico por meio da Comunicação; Sistema de

Gestão e, Atendimento. Falou sobre o Comunica Gestor, o qual exige uma força tarefa, no que diz respeito a manter mailing atualizado para alcançar todos os gestores e equipes técnicas. Atualmente tem cobertura de 95% dos gestores municipais. Concluindo, ele exemplificou sobre o processo de pesquisa das informações disponíveis na internet para consulta dos municípios e estados no Google Drive. Destacou que a execução das políticas sociais é bem executada, logo, ela não é um problema, o problema é que há um acúmulo de um ano de repasse, por essa razão foi instituída a Portaria, portanto, esse é o grande desafio. Disse que no período da tarde, nas oficinas os participantes terão a oportunidade de trabalhar encima das seguintes questões: Integralidade, compartilhamento, abertura, todas as características abordadas na sua apresentação.

A photograph of a workshop wall covered in various papers and sticky notes. The wall is organized into several columns and rows. Each column has a heading, and the papers contain handwritten notes and diagrams. The sticky notes are in various colors (pink, orange, green, blue) and are arranged in clusters. The overall scene suggests a collaborative brainstorming or planning session.

# OFICINA TARDE

## OBJETIVO

A oficina do segundo dia teve como objetivo discutir sobre as características de funcionamento de uma Rede de Gestão Colaborativa para identificar o que o CadÚnico e o PBF possuem atualmente e definir o que precisam ter para um melhor desenvolvimento.

As principais atividades desse segundo dia tiveram como objetivos:

- Realizar uma Exploração dos Atores envolvidos para entender suas expectativas, barreiras e potencialidades com o Cadastro Único e o PBF;
- Refletir sobre os aprendizados do painel da manhã em relação à atuação intersetorial;
- Discutir sobre o que é o CadÚnico e o PBF hoje considerando algumas características;
- Identificar o que é possível fazer, identificar barreiras e dificuldades e definir como fazer para endereçar os desafios.

Destaca-se que as mesas das salas foram formadas por participantes interfederais e intersetoriais, de forma misturada. O objetivo foi a troca de conhecimento nas diferentes esferas e setores.

A seguir, segue a descrição de cada atividade e a síntese do que foi gerado e discutido em cada uma delas.

## ATIVIDADES

### ATIVIDADE 1 –EXPLORAÇÃO DOS ATORES

A oficina do segundo dia teve início com a atividade Exploração de Atores. Essa atividade estava planejada para acontecer dentro do bloco de atividades do primeiro dia. Contudo, em virtude do tempo escasso, ela foi alocada para o segundo dia.

O objetivo da atividade foi explorar os atores envolvidos e, assim, entender suas expectativas, barreiras e potencialidades com o Cadastro Único e o PBF. Em cada sala, cada grupo assumiu o papel de dois atores diferentes de uma determinada esfera e registrou as informações em um painel referente para cada ator. Em seguida, os integrantes trocaram de lugar para que pudessem complementar as informações referentes aos demais atores da mesma esfera. O objetivo era que cada grupo se colocasse no lugar do determinado ator para realizar a atividade. Ao final da atividade, foi possível ter uma visão dos seguintes atores:

Assistência Social Municipal	PBF Municipal	Saúde Municipal	Educação Municipal
Assistência Social Estadual	PBF Estadual	Saúde Estadual	Educação Estadual
Assistência Social Federal	PBF Federal	Saúde Federal	Educação Federal

Para a atividade, foram debatidas e respondidas as seguintes questões:

- Qual expectativa em relação à Rede?
- Como os atores colaboram para a Rede?
- Quais os problemas e barreiras?

#### EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Para este ator, as principais expectativas registradas em relação à rede foram a construção de uma rede efetiva e consolidada, que contribua para aqueles que não frequentam voltem para as salas de aulas, com cursos escolares atualizados para uma busca ativa e eficiente evitando, assim, a evasão escolar. Foi registrado que os

atores devem colaborar com a rede na construção de encontros periódicos daqueles que acompanham as famílias tanto na área da educação, saúde e assistência social, e ir atrás do verdadeiro motivo da infrequência escolar e conhecer o território. Os problemas e barreiras enfrentadas são drogas, violência, etc., dificuldades de acesso às famílias, profissionais na área da educação que não conhecem o PBF, transporte escolar deficitário e a fragilidade das relações familiares.

#### ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL

Para este ator, a expectativa em relação à rede está voltada para a estrutura física, estrutura funcional, interface e a padronização de configuração territorial. Os atores devem colaborar com a rede no diálogo permanente, no mapeamento dos serviços existentes no território, na elaboração de diagnósticos sócio territorial, interação com a rede intersetorial e socioassistencial e no uso eficiente do recurso do IGD. Os problemas e barreiras enfrentados são relativos à falta de diálogo entre as políticas, à falta de RH, falta de estrutura e as decisões políticas que vão além da capacidade técnica.

#### PBF MUNICIPAL

Para este ator, a expectativa em relação a rede está voltada para unidades equipadas, estrutura funcional, formação continuada, interoperabilidade entre os sistemas e corresponsabilidade dos

programas pelos usuários. OS atores devem colaborar com a rede no diálogo permanente, conhecimento dos sistemas, qualidade da entrevista, informação do usuário, maior conhecimento do acompanhamento do PBF e maior celeridade na identificação das famílias em descumprimento do PBF. Os problemas e barreiras enfrentados são relativos à falta de RH, falta de equipamentos, inconsistência dos equipamentos, falta de insumos, desconhecimentos das políticas, falta de corresponsabilidade do programa pelo usuários, falta de informação, sobreposição de demandas advindas do governo federal, demora na devolutiva aos municípios por parte do governo federal, discriminação em relação ao PBF, prazos diferenciados de acordo com o porte do município e demanda e decisões políticas que vão além da capacidade técnica.

#### SAÚDE MUNICIPAL

Para este ator, expectativa em relação a rede é constante exercício da intersectorialidade, construção de conhecimento sobre o tema rede e sentimento de pertencimento. Os atores devem colaborar com a rede mantendo encontros intersectoriais, expondo as dificuldades, concentrando esforços para superar as dificuldades, fazendo enfrentamentos, capacitando profissionais e monitorando resultados a cada vigência. Os problemas e barreiras enfrentados são: gestores sem conhecimento das condicionalidades, não atendimento aos protocolos, atendimento não qualificado, gestores sem sensibilidade, falta de material humano e insumos, alta

rotatividade de pessoal, não observância do princípio do SUS, equidade e falta de equipamentos estruturais.

#### EDUCAÇÃO ESTADUAL

Para este ator, a expectativa em relação à rede são: capacitação, diálogo, sensibilização, aproximação com os atores, participação, melhoria dos índices e conhecer a rede. Para o grupo os atores devem colaborar com a rede com a capacitação continuada, interlocução e acesso facilitado ao banco de dados dos alunos. Os problemas e barreiras enfrentados são: falta de investimento em RH e estrutura, precarização, rotatividade de RH e desconhecimento técnico da realidade.

#### ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTADUAL

Para este ator, são expectativas: rede articulada e ativa, cumprimento de metas pactuadas, suporte técnico e financeiro federal, índices favoráveis do IGD e demandas atendidas prontamente. Os atores devem colaborar com a rede, fornecendo os dados, e os municípios dando suporte para realizar capacitações, formação de grupos territoriais e encontros regionais. Os problemas e barreiras enfrentados são: déficit de RH, metrópoles e cidades se sentem mais distantes do estado, falta de capacitação técnica, assistência não é prioridade do governo, alta rotatividade dos

técnicos no município e estado, extensão territorial e falta de conhecimento prático foco na teoria.

#### PBF ESTADUAL

As expectativas para o ator em relação à rede: cumprimento de metas, controle da efetividade de pagamento, base atualizada, busca ativa de inserção de grupos prioritários, alta cobertura territorial; 4 unidades fixas e uso adequado do IGD. Os atores devem colaborar com a rede com a articulação com a CEF para realizar capacitações, o MDS colaborando com materiais de apoio técnico, encontro dos atores e divulgação. Os problemas e barreiras enfrentadas e apresentadas pelo grupo foram: extensão territorial, baixa utilização de ferramentas, rotatividade de RH, prazo de auditoria e cobertura de internet.

#### SAÚDE ESTADUAL

As expectativas em relação a rede para este ator são a aproximação dos atores, diálogo, capacitação, suporte técnico e financeiro do MS, sensibilização, qualificação e comprometimento das equipes (gestão na ponta), resposta às auditorias em tempo recorde; cumprimento das metas pactuadas. Os atores devem colaborar com a rede com a adesão, transpor barreiras, conhecer a rede e abertura ao diálogo. Os problemas e barreiras enfrentadas são a falta de RH para atender todo o estado, rotatividade de gestores e técnicos municipais,

distância dos gestores e da rede, desconhecimento da realidade prática, informação lenta, extensão territorial e recursos financeiros limitados.

#### EDUCAÇÃO FEDERAL

As expectativas para este ator em relação a rede são: ofertas de vagas, permanência do aluno, identificação dos não localizados e melhor entendimento do cadastro único pelos entes. Os atores devem colaborar com a rede com a integração de informações, construção de fluxos e normativas e compartilhar mais e melhor as informações. Os problemas e barreiras são: orçamento deficitário, adesão dos entes federais e municipais, integração dos sistema e planejamento das ações diferentes da realidade dos municípios.

#### ASSISTÊNCIA SOCIAL FEDERAL

As expectativas para este ator em relação a rede são: cumprimento da regulamentação, ampliação ao acesso ao público prioritário, rede poliárquica, ampliação dos equipamentos e serviços e descobrir o seu papel na rede. Os atores devem colaborar com a rede com garantir nivelamento em todas as áreas, cumprimento das funções, cumprir prazos estabelecidos e troca de dados e informações. Os problemas e barreiras enfrentadas são: critério para parametrização, diversidade regionais, variedade de sistemas, falta de integração dos

sistemas e falta de normativa mínima que regule os “espaços intersetoriais”.

#### PBF FEDERAL

As expectativas para este ator em relação a rede são: cobertura 100% do território nacional, qualificação dos profissionais, dados fidedignos, CadÚnico online e base única de informações. Os atores devem colaborar com o intercâmbio de informações, normativas, registro, acompanhamento e monitoramento. Os problemas e barreiras enfrentadas são: falta de integração dos sistemas, falta de entendimento do propósito de ser objeto para vigilância sócio sanitária, problemas na comunicação, falha na migração dos dados, indisponibilidade da base de dados da receita para o cadastro e política.

#### SAÚDE FEDERAL

A expectativa para este ator em relação a rede é, com o aumento das unidades básicas de saúde, aumentar a porcentagem de acompanhamentos das famílias e melhorar entendimentos do cadastro único pelos entes. Para o grupo os atores devem colaborar com a criação de fluxos normativos e integração das informações. Os problemas e barreiras enfrentadas são integração do sistema, planejamento de ações diferentes da realidade dos municípios e orçamento deficitário.

Os registros integrais desta atividade estão disponíveis no material anexo (ANEXO I).

---

#### ATIVIDADE 2 – APRENDIZADOS INTERSETORIALIDADE

A segunda atividade do dia tratou sobre os aprendizados em relação ao tema intersectorialidade, com objetivo de refletir sobre o painel ocorrido pela manhã em relação à atuação intersectorial. Cada participante foi convidado a escrever, em silêncio, em um post it sua experiência e aprendizado sobre o painel da manhã e em seguida realizaram uma conversa com os demais integrantes do grupo sobre o que aprenderam.

Os registros integrais desta atividade estão disponíveis no material anexo (ANEXO I).

---

Abaixo segue uma síntese do que foi registrado pelos grupos:

A importância da intersectorialidade para o trabalho em rede.	Compromisso em transmitir os conhecimentos.
Chegar ao consenso de como fluir os trabalhos e objetivos almejados para atender o público alvo.	Fortalecer a intersectorialidade
Fortalecimento da rede.	Uma política depende da outra
Competência e comprometimento	Se colocar no lugar do beneficiário.
Melhorar o acompanhamento	Garantir os serviços básicos
Objetivos comuns, específicos, bem claros e delimitados.	Características da rede “limites e potencialidades”.
Estratégia da gestão	Diversidade.
O intercâmbio é muito importante entre saúde, educação e assistência social.	A intersectorialidade tem que trazer a ideia de que a soma das partes é maior que o “todo”.



Compromisso com as informações e colaboração mútua entre redes.	“O debruçar sobre nossas fragilidades”
Compartilhamento de ideias	Comprometimento dos gestores das áreas: saúde, educação e assistência social.

Intersetorialidade horizontal	Olhar sobre o território
	Responsabilidade e ações.
Melhorar proposta para atender ao usuário (Desafio)	Comprometimento e conhecimento das políticas que envolvem a funcionalidade do sistema.
Integração	Espaços colaborativos
Autonomia do gestor da área para perceber seu território.	Monitoramento eficaz dos indicadores
Dividir para crescer	Gestão compartilhada
Comprometimento entre os atores.	Aumentar a resolutividade
Ampliação de olhares	Quebrar fronteiras

Diálogo como caminho fundamental para alcançar a intersectorialidade	Troca de experiências intersectoriais e territoriais.
Possibilidade de <i>Benchmarking</i>	Conexão
Colaboração	Interdependência
Interação	Integridade
Abertura	Comunicação
Respeito e diálogo	Empatia e resiliência.
Metas definidas	Investimento

Ações conjuntas	Trabalho em rede a partir do conhecimento do território.
Importância das redes integradas	Só acontece quando os atores mergulham.
Oscilações das interatividades (baixa e intensidade)	Nivelamento de informações e orientações.
Exige disponibilidade e autoconhecimento.	Integração e Construção

Esclarecimento quanto às responsabilidades de cada setor.	Ausência de um sistema único com perfil de usuário para cada setor.
---	---

Estratégia de gestão para enfrentar problemas.	Planejamento intersectorial para a aplicação do IGD
Rever os processos de intersectorialidade para garantir os dígitos e deveres de todos.	Intersectorialidade precisa ser vista com visão sistêmica.
Necessidade de fluxos e processos para o trabalho intersectorial.	A importância da construção de metodologias para o trabalho intersectorial.
Uma política por si só não consegue dar respostas aos problemas da família,	Para haver a intersectorialidade, os objetivos específicos precisam estar delimitados e claros

Necessário, porém difícil.	Atuação de agentes públicos na formação da rede.
Necessidade de uma orientação concreta da formalização da intersectorialidade.	Sensibilização de todos os colaboradores para uma efetiva atuação no processo como um todo.
Falta de concretude das ações intersectoriais	Barreiras políticas na criação da rede (intersectorialidade).
Acabar a vaidade das esferas Estadual e Federal.	É fundamental a reflexão sobre as práticas. A prática deve ser obrigatória
Quebra de paradigmas	Visões diferentes voltadas para o mesmo objetivo
Diversos atores envolvidos	Caminho para alcançar mais resultados
Formalizar instancias e garantir espaços de dados.	IGD: Deve ser planejado e usado em conjunto.
Otimização	Despir de vaidades
Objetivos comuns	Intersectorialidade é um meio e não um fim.

Mobilizar e persistir para que o trabalho seja efetivado	Superação de preconceito
Busca de soluções conjuntas	Metodologia de cooperação e formação de grupos e comitês
Falar da saúde, muito boa, pertinente e compreensível.	Que o planejar tem e deve ser conjunto com outras áreas.
Quanto as apresentações, somos cientes da importância da intersectorialidade de um conjunto.	Enfrentamento dos problemas envolvidos pela rede de acompanhamento das condicionalidades

### **ATIVIDADE 3 – CARACTERÍSTICAS DA REDE**

Na terceira atividade do dia, buscou-se fazer uma discussão sobre o que é o Cadastro Único e o PBF considerando as características: *Colaboração, Abertura, Compartilhamento, Integridade, Interdependência e Integração.*

Cada grupo recebeu uma característica e seu conceito, para discutir e responder as seguintes questões:

*O que fazemos tem a característica X?*

*O que podemos fazer para aumentar/potencializar a característica X?*

*Quais são as dificuldades e barreiras em relação a característica X?*

*Como faremos para resolver?*

Os participantes discutiram em grupos e registraram suas respostas nos painéis referentes. Ao final do registro, foram orientados para fazer uma síntese e fazer um registro único para cada sala. Em seguida, elegeram um representante por sala para apresentar o painel síntese em plenária.

A seguir, segue um quadro com os registros das sínteses de todas as salas em relação a cada característica de rede:

—	<i>O que fazemos que tem a característica?</i>	<i>O que podemos fazer para aumentar/potencializar a característica?</i>	<i>Quais são as dificuldades/barreiras?</i>	<i>Como fazemos para resolver?</i>
<b>COLABORAÇÃO</b>	Planejamento intersetorial	Otimizar o uso do IGD (compartilhada)	Trabalho não articulado (não intersetorial)	Executar o plano integrado
	Comissão intersetorial das redes.	Governança entre redes.	Aplicação dos recursos do IGD.	Participação e tomada de decisões para distribuir e gerir a verba do IGD com participação da rede.
	Formação	Sistemas integrados	Equipe reduzida	Educação permanente qualificada
	Articulação entre as 3 secretárias	Entretimento entre as normativas técnicas pelos gestores envolvidos, políticos e governantes	*****	Compromisso político e alinhamento entre os gestores.
<b>ABERTURA</b>	Facilitar o acesso às informações	Publicizar informações Capacitação Acesso as informações	Infraestrutura (equipamentos e internet) Rotatividade das equipes.	MDS/MEC/ MS co-financiar equipe referência. Usar IGD para infraestrutura
	Articulação em rede	Empatia dos técnicos com os usuários.	Rotatividade de técnicos A.S/Saúde e Educação.	Intersetorialidade (município/Estado) ***
	Ser capacitada	Replicar os conhecimentos dos téc. Municipais.	Dificuldade do uso do recurso do IGDM	Contratação ou concurso público para RH.
	Disponibilidade ao diálogo.	Disponibilizar informações para todos os gestores e usuários.	Preconceito e falta de foco	Abrir-se a escuta e ser positivo.
<b>COMPARTILHAM ENTO</b>	Assessoramento: Capacitação e disseminação.	Educação permanente/continuada	Rotatividade de Recursos Humanos	Realização de concurso público
	Comitê intersetorial do PBF	Planejamento intersetorial das ações do PBF entre e com as esferas.	Maior envolvimento dos secretários no <i>PBF</i> , com mais comprometimento e envolvimento.	Mais diálogo com todos os entes envolvidos com o CAD/PBF. Saúde, educação e A.S estaduais e municipais.
	Comitês intersectoriais	Compartilhamento do IGD	União comum do programa pertencer a assistência.	Sensibilização da rede.
	Reuniões técnicas integradas.	Publicizar os fluxos e planejar as ações	Falta de comprometimento e reconhecimento do PBF.	***

\*\*\* Registro ilegível no painel.

—	<i>O que fazemos que tem a característica?</i>	<i>O que podemos fazer para aumentar/potencializar a característica?</i>	<i>Quais são as dificuldades/barreiras?</i>	<i>Como fazemos para resolver?</i>
<b>INTEGRIDADE</b>	Planejamento	Qualificação dos processos de trabalho	Gestão desconhecida da política de A.S/CAD/PBF	Sensibilização e qualificação.
	***	Qualificar o atendimento. ***	***	***
	Processo de gestão estadual	Qualificação continuada dos atores da rede.	Ações intersetoriais de fato.	Ações intersetoriais efetivas.
	Clareza nas ações complementares do CAD Único/PBF. Fidelidade as regras do CAD	Apresentação bimestral dos serviços executados no CAD. Divulgação das parcerias e características do CAD/PBF	Falta de conhecimento sobre o CAD Único/PBF. Transparência no uso de recursos.	Articulação com a gestão.
<b>INTERDEPENDÊNCIA</b>	Acompanhamento familiar do descumprimento das condicionalidades	Planejamento intersetorial para definir ações.	Ausência de infraestrutura física, tecnológica e recursos humanos.	Melhorar infraestrutura, ampliar e qualificar equipes
	Troca de informações	Governança em rede.	***	Mapear e envolver os atores que de fato implementam as relações intersetoriais.
	Planejamento intersetorial	Gestão compartilhada do IGD.	Fragilidade dos vínculos de trabalho.	***
	Rede de projeção aos vulneráveis	Trabalhar em rede com transparência e planejamento das ações.	***	Sensibilizar os gestores quanto a capacidade técnica.
<b>INTEGRAÇÃO</b>	Planejamento intersetorial	Relatório situacional intersetorial (análise)	Quebra de paradigmas/ fragmentação nos 3 níveis da gestão	Efetivação das deliberações, decisões e questionamentos
	Apoio do RH e transparência do recurso IGD.	Capacitação de gestores. ***	Falta de infraestrutura Falta de autonomia por interferência política.	Mais parcerias em questão de recursos, capacitação de gestores para ter mais autonomia em relação as parcerias.
	Apoio do RH e transparência do recurso IGD.	Compartilhamento do IGD e atividades intersetoriais.	Visão compartimentalizada	Planejamento conjunto e participativo.
	Compartilhamento de dados	Planejamento conjunto de ações estratégicas para o PBF.	Descumprimento do trabalho dos parceiros (Saúde e Educação)	Criar agenda integrada entre os entes.



# DIA 3 SONHAR

A photograph showing three women sitting around a table, engaged in a craft activity. They are using various materials like colorful beads, string, and paper to create a model. The table is covered with a white sheet of paper that has a drawing of a landscape with a road, a river, and a green field. The women are focused on their work, and the atmosphere appears to be collaborative and creative. The text 'OFICINA MANHA E TARDE' is overlaid in the center of the image.

# OFICINA MANHA E TARDE

## OBJETIVO

A oficina do terceiro dia teve como objetivo permitir aos participantes imaginar como seria a Rede do Cadastro Único e do PBF funcionando no seu melhor e identificar o que precisaria ser feito.

As principais atividades tiveram como objetivos:

- Apresentar em plenária a síntese do que foi discutido no dia anterior sobre as características da rede;
- Possibilitar um espaço para que os setores pudessem discutir temas relevantes;
- Imaginar o que seria a Rede funcionando no seu melhor considerando estrutura, atores envolvidos, tecnologias, relacionamento entre as partes;
- Identificar o que precisará ser feito.

Destaca-se que as formações das salas no período da manhã foram organizadas por setor, ou seja, representantes de cada área (saúde, educação, assistência social, PBF/Cadastro) em salas diferentes.

No período da tarde, a formação foi a mesma do primeiro dia de oficina.

Segue a descrição de cada atividade e a síntese do que foi gerado e discutido em cada uma delas.

## ATIVIDADES

## MANHÃ

### ATIVIDADE COMUM A TODAS AS SALAS - CONVERSA ABERTA

A atividade teve como objetivo propiciar a cada setor um espaço para discutir temas relevantes. Os representantes de cada setor se reuniram em salas diferentes e conversaram sobre o que definiram ser importante naquele momento.

### SALA 1 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

O grupo composto por assistentes sociais e psicólogos de municípios e estados decidiu discutir sobre os desafios das pessoas que estão na ponta do processo, ou seja, pelo ponto de vista dos assistentes sociais e psicólogos dos estados e municípios.

Foi feita uma pequena apresentação pela senhora Eloisa, que coordenadora geral do SNAS, que observou alguns pontos a serem levados em consideração no debate da atividade. Ela colocou alguns eixos para se pensar no acompanhamento das condicionalidades, quais sejam: o enfrentamento das desigualdades, o acesso ao serviço, a importância do planejamento. Diante do tema sugerido “Desafios e estratégias da política de assistência Social na Integração da PBF”, foram distribuídas cinco perguntas norteadoras, mas também foi permitido aos participantes sugerirem temas que não estão abordados nas perguntas, mas que os grupos gostariam de discutir. A ideia foi fazer uma conversa aberta, um amplo diálogo



considerando as experiências de cada participante. Seguem as perguntas:

*A proteção social básica tem planejado suas ações tendo em vista a necessidade em promover a sinergia entre a garantia de renda e a oferta dos serviços sociais que potencializam a capacidade de recuperação, preservação e desenvolvimento da função protetiva?*

*O trabalho social com as famílias tem contribuído na superação das vulnerabilidades sociais e no enfrentamento dos riscos vivenciados pelas famílias beneficiárias?*

*Como tem se dado a organização da oferta nos territórios? As famílias em descumprimento de condicionalidade tem sido prioridade no acompanhamento realizado PAIF?*

*Quais as estratégias de inclusão desse público nas ações do serviço da proteção básica?*

*Os dados do acompanhamento da educação e de saúde tem sido utilizados para o planejamento, gestão e prestação de serviços assistenciais das famílias do Bolsa?*

*A vigilância socioassistencial tem atuado na perspectiva de subsidiar o planejamento da oferta dos serviços sociais nos territórios considerando os dados referentes as condicionalidades?*

*Como tem se dado a utilização de indicadores da gestão de condicionalidade pelos serviços socioassistenciais?*

*As equipes dos CRAS e CREAS tem se apropriado do SICON? Como essa ferramenta tem sido utilizada? A utilização da funcionalidade é familiar?*

*Os dados sobre as condicionalidades têm sido utilizados para o planejamento das ações intersetoriais e territorializadas que apoiam as famílias na superação das vulnerabilidades?*

## SALA 2 - EDUCAÇÃO

Simone Medeiros, professora da educação básica e servidora do MEC, coordenadora da Secretaria de Acompanhamento da Inclusão Escolar – SECADI, fez a abertura da oficina e conduziu os trabalhos do período da manhã. Para a realização da atividade, cada grupo elegeu um tema que desejava discutir. Entre os temas estavam:

- O acompanhamento das ações, acompanhamento das famílias, descumprimento em relação ao SICON, rotatividade da equipe, acompanhamento da frequência escolar dos povos indígenas. Comunidades ribeirinhas, as dificuldades com relação a frequência dos indígenas.
- Baixa frequência, bem como a fidedignidade dos motivos para ela, assim como a importância de se ter dados de qualidade e confiáveis.
- Importância de se atualizar a tabela de motivos de baixa frequência, também levantou a questão da instabilidade do sistema de presença, que dificulta o trabalho;
- A importância da criação de um fluxo de comunicação constante entre coordenadores.
- Importância de mais encontros na área da educação, também que as normas devem ser as mais claras possíveis, para evitar brechas.



- Aplicação do IGD de forma intersetorial, muitas vezes ele cai no fundo da Assistência Social e fica parado.
- Desafios pós-coleta, a questão dos alunos não localizados, muitas vezes faltam informações fidedignas, há muitas divergências cadastrais entre as esferas municipais, estaduais e federal.
- Sistema de gestão, complementando, ainda, a questão dos relatórios gerenciais. Discutiu a importância de se realizar um acompanhamento junto com as famílias e também de se fazer o uso pedagógico dos dados.

Simone ao final assumiu o compromisso de fazer um Encontro Nacional da Educação, com a participação dos municípios, pelo menos os presentes nesta Mesa Técnica. Esse encontro será um desdobramento desta Mesa Técnica e a pauta serão as questões levantadas nesta manhã. Frisou, contudo, que a grande dificuldade para esse evento acontecer são os recursos para se fazer um evento de tal dimensão.

#### SALA 3 - CADASTRO ÚNICO E PBF

Para a atividade os participantes, individualmente, escreveram no post it um assunto que queriam conversar. Depois cada grupo escolheu um assunto que foi debatido em sala. Entre eles os seguintes:

- Cadastro único BPC
- Sistema da Caixa Econômica instável
- Aprimoramento da comunicação dos atores

- Implementação do sistema token
- Estratégias de auxílio aos municípios
- Uso da ferramenta SICON no acompanhamento das famílias
- CGU e os benefícios
- Oficina SIBEC
- Formulário de impossibilidade de cadastramento

#### SALA 4 - SAÚDE

O objetivo foi reunir os participantes provenientes dos Estados e Municípios com os representantes do Governo Federal para discussão do novo sistema de gestão do Bolsa Família na Saúde.

A Sra. Fabiana Azevedo, representante da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, apresentou o estudo com o título “Sistema PBF na Saúde (BFA) no e-Gestor Atenção Básica”. Ela elencou as principais dificuldades do atual sistema e-gestor no DATASUS, este hospedado desde 2004 na unidade do DATASUS no Rio de Janeiro. Diante dessas dificuldades, comunicou que se iniciaram as tratativas de migração de dados para Brasília, a ser feito para o Núcleo de Tecnologia da Informação (NIT) do Departamento de Atenção Básica, DAB, que já trabalha as plataformas do E-SUS AB e o do E-gestor AB. Ela explicou os principais avanços e o passo a passo na utilização do novo sistema. Em seguida abriu espaço para dúvidas e considerações sobre o sistema, com a presença de técnicos e servidores do governo federal

# TARDE

## ATIVIDADE 1 – REDE FUNCIONANDO NO SEU MELHOR

A atividade foi imaginar o que seria a rede funcionando no seu melhor, considerando estrutura, atores envolvidos, tecnologias, relacionamento entre as partes. Os participantes, individualmente, passearam pela sala para visitar as informações registradas nos dias anteriores.

Os participantes, em grupo, construíram uma maquete sobre a Rede funcionando no seu melhor, a partir dos aprendizados dos dias anteriores. Para a atividade utilizaram brinquedos e sucata.

Entre os elementos que mais se repetiram entre as maquetes construídas pelos grupos foram:

- A famílias no centro da rede, com os serviços direcionados de fácil acesso;
- Diálogo permanente e fluido com as famílias;
- Os atores, MDS, MEC, MS e Assistência, interligados;
- Outros atores para dar suporte à integração, tais como Governo Federal, os centros de saúde, Ministério Público, Controladoria Geral da União, Caixa Econômica Federal, associações de bairros, e conselhos tutelares.

- Infraestrutura adequada e eficiente: equipamentos públicos em bom funcionamento, com internet disponível;
- Comprometimento dos gestores;
- Inter-relação entre políticas existentes;
- Necessidade de autonomia para os estados e municípios melhorarem o funcionamento da rede.

## ATIVIDADE 2 – COMO CHEGAREMOS?

A última atividade propôs discutir o que precisará ser feito para chegar ao ideal esperado, quais estratégias e ações podem ser pensadas para alcançar e colocar em prática. Abaixo, seguem algumas iniciativas apresentadas pelos grupos:

- Comprometimento e envolvimento de todos os atores;
- Estabelecer normativos com definição dos papéis dos atores, do fluxo de trabalho, unificação do sistema de gestão e utilização de fato compartilhada;
- Gestão realizada nos estados incluindo o olhar sob a perspectiva do usuário, pensando em formas para inserir essas famílias na sociedade;
- Melhor análise do território;
- Maior sensibilização, capacitação e engajamento dos atores envolvidos;
- Gestão compartilhada do Programa Bolsa Família, de forma a assegurar o planejamento com ênfase no território;

- Gestão adequada de recurso público com priorização de recurso para áreas sensíveis,
- RH adequado, com a valorização do profissional;
- Necessidade de diálogo entre os atores presentes;
- Diálogo com as lideranças da governança comunitária;
- Necessária articulação entre as áreas, estabelecendo diálogo horizontal;
- Executar o plano integrado com a participação protagonista da sociedade.
- Sistema único interligado para a discursão do território para que todos tenham a mesma informação;
- Realização de concurso público;
- Melhoria dos equipamentos públicos;
- Realização de mais encontros como este;
- Maior planejamento nos estados e municípios;
- Atuar a partir dos pontos levantados nos GTs construídos nos encontros e também no que já se tem planejado nos estados e municípios;

## CONCLUSÃO

Os objetivos propostos para o ENCE 2018 foram alcançados e as expectativas foram superadas. Ficou claro o envolvimento dos participantes nas atividades propostas, as quais foram estruturadas

utilizando a abordagem do Design Thinking, por meio dos seus valores: empatia, a colaboração e a experimentação.

Com a aplicação da abordagem, os três dias de evento permitiram que os participantes pudessem se colocar no lugar da família beneficiária para mapear e discutir como o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família está funcionando hoje, quem são os atores envolvidos, quais são suas expectativas e barreiras de atuação, e assim imaginar, de forma colaborativa, como a Rede Colaborativa de apoio à Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família pode funcionar no seu melhor e o que pode ser feito para chegar lá. O evento também permitiu o diálogo intersetorial e interfederativo do CadÚnico e do PBF, possibilitando troca de experiências e reflexões entre Assistência Social, Saúde, Educação e PBF nas três esferas de Governo – Federal, Estadual e Municipal.

### AVALIAÇÃO DO EVENTO

As avaliações mostram que a metodologia proposta para as oficinas foi mais uma vez bem aceita, tais como foram no ENCE de 2017. Foi enfatizado que ela permitiu troca de experiência de forma dinâmica, possibilitando diversas discussões produtivas. Isso mostra novamente a necessidade e abertura para buscar, a partir dos problemas, soluções conjuntas; de fortalecer os laços intersetoriais e interfederativos; promover a interoperabilidade, com transparência, criatividade e empatia. Contudo, de forma geral, foi

considerado que o tempo dedicado às atividades foi curto, bem como para as discussões, impactando na profundidade das trocas. Também foi colocado que os facilitadores deveriam estar melhor preparados. Quanto à organização do evento, os comentários foram bastante positivos, com apenas um ponto de atenção em relação ao cumprimento dos horários.

### PRINCIPAIS RESULTADOS DAS DISCUSSÕES

No que tange às discussões nesta MTA, ficou evidente a necessidade de construção de uma Rede Colaborativa de apoio à Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família estruturada, com ações e papéis bem definidos, que funcione de maneira horizontal, de forma a permitir que ações de educação, saúde e assistência social possam estar articuladas e fortalecidas em benefício das famílias. Entendeu-se que quanto maior a parceria, maior será o desenvolvimento e atuação da rede. Para tanto ficou claro que é necessário realizar um diagnóstico sobre como está o serviço ofertado para as famílias em situação de vulnerabilidade, para poder identificar o que pode ser feito para melhorar.

Esteve presente entre as discussões a necessidade de colocar as famílias no centro da estratégia de atuação e para ter um melhor resultado é preciso descentralizar as atividades existentes. Foi colocado que o que faz com que as famílias não estejam no centro são os processos, normas e burocracia, fazendo que o programa se

perca no caminho. Com relação ao território, também foi apontada a questão do planejamento, de como se pode interpretar o território para uma melhor gestão.

Outro tema importante que foi colocado é sobre a necessidade de não só enxergar os pontos em comum existentes na atuação dos estados, mas de analisar as divergências existentes, no sentido de encarar a diversidade como uma forma de crescimento e não como uma barreira.

Ficou claro que ainda existem diversos desafios para construir e implementar ações de intersectorialidade e por isso a necessidade de haver mais encontros e discussões que permitam o diálogo entre os atores envolvidos, de forma a acolher os diferentes pontos de vista e “cocriar” uma estratégia na qual todos possam caminhar juntos, com ações integradas e em sintonia, em prol do beneficiário. Assim, mesmo com divergências, os atores precisam realizar uma reflexão para quebrar paradigmas no sentido de realizar um trabalho em conjunto na direção de atuar colocando as famílias no centro de suas ações. Destaca-se que todos têm potencial criativo que deve ser utilizado em conjunto para um melhor desenvolvimento da rede.

### ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Os registros que compõe este relatório são insumos para o desenho de uma proposta de Rede de Gestão Colaborativa do CadÚnico e do PBF. Como próximos passos serão envolvidos mais uma vez representantes do PBF no MDS, Saúde, Educação e Assistência Social,

para refletir sobre os pontos levantados no ENCE 2018 e definir a proposta acima citada. Os resultados da próxima etapa farão parte da Entrega do Produto 4 - Desenho da implementação da Rede de Gestão Colaborava, com base nas análises (1º produto) e nos resultados do evento intersetorial e interfederativo (2º e 3º produtos), a ser elaborado por esta Consultoria.